



# Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1984

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 009.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1.984

(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escoesin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Emenda:

PROJETO DE LEI N.º 229/83

#### E M E N D A

O Art. 1.º fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Ficam excluídas de proibição estabelecida por este artigo as empresas que, à data da vigência desta lei, venham prestando os serviços acima discriminados e que contem em seu quadro de pessoal com empregados contratados para tais funções.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

As empresas mencionadas no art. 1.º desta lei, face à proibição nela contida, seriam obrigadas a dispensar os empregados contratados para tais funções, por não mais poderem prestar os serviços ali especificados.

Tal medida, uma vez concretizada, ao invés de atingir as finalidades sociais que o legislador pretende, viria gerar desemprego e intranquilidade para todos aqueles que, trabalhando em firmas atingidas, se vissem ameaçados de dispensa por cessarem os motivos que levaram à sua contratação.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência so Projeto de Lei Complementar n.º 10/83, de autoria do ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. ALBINO FARRACHA DE CASTRO, ocorrido dia 20 de março próximo passado.

De tradicional e conceituada família curitibana, desempenhou por 42 anos a Medicina, na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, na Casa de Saúde São Vicente, onde dirigiu vários setores afetos à sua área médica até adoecer, há pouco mais de um ano, quando afastou-se do trabalho. As lições de dedicação, trabalho e humanismo ensinados pelo médico no decorrer de sua vida, ficarão gravadas naqueles que sempre dispuseram de seu convívio profissional e familiar.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações à direção e redação da “FOLHA DE LONDRINA”, pela brilhante participação no I Prêmio Paraná de Jornalismo, promovido pelo Governo do Estado.

A “FOLHA DE LONDRINA” conseguiu somar o maior número de prêmios oferecidos no concurso. Isso comprovou mais uma vez que a “FOLHA DE LONDRINA” tem hoje o melhor corpo de redação dos jornais do Paraná. É um jornal que se destaca pela sua independência, respeitabilidade e, principalmente, pelos serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) FIORI LUIZ

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de congratulações ao Sr. Jayme Canet Júnior, pela homenagem que lhe foi prestada, em almoço, por todas as camadas políticas do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços que prestou ao Paraná.

Requer ainda que, da decisão da Casa seja notificado o homenageado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

No dia 15 de março de 1975, esta Colenda Casa testemunhou o juramento do Sr. Jayme Canet Júnior, de "promover o bem geral do Paraná e desempenhar com lealdade e patriotismo" as funções do cargo de Governador do Estado do Paraná.

Seria até mesmo supérfluo dizermos quão ao pé da letra cumpriu Canet o seu juramento. Durante seu mandato, o nosso Estado caminhou a passos largos em direção ao seu pleno desenvolvimento.

Só para citarmos uma única de suas inúmeras realizações, é do conhecimento de todos a integração dos municípios paranaenses, através das rodovias implantadas durante seu governo, entre elas a Rodovia "Parigot de Souza", interligando os Municípios de Jaguariaíva a Santo Antônio da Plantina, num total de 152 km, considerada a "obra da década".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de congratulações ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, pelo transcurso do seu 60.<sup>o</sup> ano de fundação, que ocorreu no dia de ontem.

Requer ainda, que do presente pronunciamento, se dê ciência à Diretoria do referido órgão, à Rua Buenos Aires, 1270, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É inegável a contribuição desse Clube para a alegria do nosso povo, durante esses sessenta anos completados ontem.

Fundado em 1924, possui hoje cerca de cinco mil sócios e 100 mil torcedores. Tudo isso é fruto do pioneirismo do Sr. Arcécio Guimarães e do trabalho do atual Presidente, Sr. Valmor Zimmermann.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao jornalista VINÍCIUS COELHO, pela passagem em data de hoje do seu 30.<sup>o</sup> aniversário na imprensa do Paraná.

Outrossim, requer ainda, após aprovação deste, se dê ciência do mesmo ao homenageado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de um voto de regozijo ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, que em data de hoje está completando 60 anos de existência, sempre engrandecendo o esporte do Paraná. Todos os que fizeram e fazem a vida gloriosa do Atlético são destinatários da melhor gratidão dos desportistas paranaenses.

Da decisão plenária, requeiro se dê ciência ao Sr. Valmor Zimmermann, destacado presidente do Clube Atlético Paranaense.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de um voto

de regozijo ao ilustre e competente jornalista VINÍCIUS COELHO, pelos seus vitoriosos 30 anos de atividades nos meios de comunicação social do Paraná e do País.

Atuando sempre com brilho pessoal e competência profissional, Vinícius Coelho é um dos mais destacados referenciais da imprensa do Paraná, merecedor portanto, da justa homenagem deste Poder.

Da decisão plenária, requeiro se dê ciência ao jornalista homenageado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamto: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, solicitando alambreado, substituição de vidros e reparos no telhado da Escola Ary Borba Carneiro - Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, do Município de Cândido de Abreu, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz em virtude de que: a colocação do alambreado na escola viria pôr fim à entrada de pessoas estranhas à mesma, dificultando também a saída dos alunos em horário de aulas;

— A substituição de vidros e reparos no telhado, evitarão problemas que ocorrem no estabelecimento, por ocasião de chuvas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, solicitando que se proceda a extensão da rede de energia elétrica na localidade de Barreiro, Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz e se justifica em razão do alto potencial agropecuário da localidade que explora a suinocultura, pecuária leiteira e a industrialização da mandioca (fécula).

A implantação da rede de energia elétrica viria facilitar, além de estimular, o desenvolvimento do setor primário hoje explorado em caráter precário e rudimentar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Richa, Governador do Estado do Paraná, solicitando que seja destinada a verba de mais cinco bilhões de cruzeiros para a merenda escolar das escolas deste Estado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as Escolas de nosso Estado possuem clientela de baixa renda;

Que as crianças devem receber uma alimentação sadia e variada para terem um desenvolvimento físico e mental satisfatório, devendo a escola proporcionar ao educando uma

merenda adequada para compensar as deficiências encontradas no seu dia a dia;

Que a criança mal nutrida apresenta deficiência na aprendizagem, dificultando o ensino;

Que muitos alunos vão à escola sem alimentação alguma, esperando receber sua merenda;

Que ocorrem casos de desmaios em salas de aula, devido a desnutrição provocada pela falta de alimentos em seus lares, é que se faz a presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de ofício à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual 31 de Março - Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz porque há uma grande distância da Escola em relação aos diversos órgãos de ensino, com os quais necessita-se contato permanente.

Há falta de aparelho telefônico nas proximidades da escola.

A implantação de seis turmas de 5.<sup>a</sup> Série para os horários diurno e noturno.

Por levantamento realizado, concluímos na viabilidade do que estamos propondo, visto que grande é a distância em que se localiza a referida escola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Giberto Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a ampliação da Central Telefônica do Distrito de São José, Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a respeitável importância do Distrito de São José no desenvolvimento do município, e ser ele beneficiado com várias obras de infraestrutura, julgamos que a presente solicitação mereça atenção especial por parte da Telepar.

Desta forma, face ao exposto e por outras razões que certamente justificam nosso pedido, esperamos encontrar eco nessa Diretoria e dos nobres Parlamentares presentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos devido à possibilidade de se autorizar o funcionamento do curso do Magistério para o período noturno em uma das escolas da rede estadual de ensino existentes na municipalidade de Fênix.

Trata-se de uma reivindicação que vem de encontro com os interesses daquele município, especialmente da juventude que ante a necessidade de estudar, vê suas pretensões reduzidas no que se refere às opções dos cursos para o período da noite.

O curso do magistério se implantado à noite, permitirá a muitos, a continuação ou início de seus estudos, uma vez

que é grande o interesse por tal formação, que por sinal já existe de dia, com um número reduzido de freqüentadores.

Em razão da exposição de motivos, espera-se que esta Pasta, desenvolva o mais breve possível medidas que assegurem o que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da SANEPAR — Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, para que seja avaliada a possibilidade de se firmar um convênio que permita a implantação de um miniposto de captação de água, assim como sua ligação, no Distrito de São Luiz, pertencente à municipalidade de Mariluz.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal, e do Excelentíssimo Sr. Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, ambos afirmam a real necessidade de se construir um mini-posto naquele Distrito, cuja população está hoje desprovida em sua maioria, do precioso líquido. Ademais, a Prefeitura, que é a responsável pelo saneamento e distribuição de água na cidade, mas no entanto, não dispõe de recursos orçamentários próprios, ante a sua precária condição.

Neste sentido espera-se por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, conjuntamente com a SANEPAR, o apoio financeiro e técnico, através da firmação de tal convênio.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO  
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Presidente da ECT — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, encarecendo a realização de estudos devidos, objetivando avaliar a possibilidade de se criar e instalar agência do correio no bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão.

Trata-se de uma reivindicação que se torna necessário concretizá-la, em razão de que iria trazer aquele bairro um atendimento à altura de seu porte.

Atualmente, os moradores do bairro Lar Paraná, quando necessitam dos serviços do correio, têm que se deslocar até o centro da cidade, que fica distante, ocasionando com isto um longo tempo. Ademais, não se trata de um bairro apenas, e sim uma grande concentração de residências (a maioria dos trabalhadores da cidade reside neste bairro) um diversificado comércio e algumas unidades industriais e fábricas, fazendo do Lar Paraná um bairro bem maior do que a maioria absoluta das cidades pertencentes à comunidade dos municípios da região de Campo Mourão, CONCAM, com vinte municípios.

Em razão da exposição de motivos, espera-se por parte desta Pasta, o atendimento para o que ora é reivindicado, conforme interesses dos que integram aquele importante bairro.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições

regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Gilberto Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando uma central telefônica para o Distrito de São Clemente, Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Fundamentamos o presente requerimento aos inúmeros pedidos apresentados pela população do Distrito de São Clemente, que entendemos reúne todos os requisitos para que esta reivindicação se concretize.

Achamos justo solicitar a implantação da central telefônica, uma vez que o mesmo será de excepcional valor a toda população, e aos que eventualmente possam vir a servir-se dela.

Contamos pois com o total apoio de todos os colegas Parlamentares, na aprovação deste.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a imediata destinação de medicamentos para os postos de saúde existentes na municipalidade de Moreira Salles.

Tais unidades de atendimento à saúde daquele município, estão por muitas vezes impossibilitados de oferecer uma assistência a um número maior de pessoas, especialmente aos carentes, em face de não se possuir um maior estoque de medicamentos. Além de existir a necessidade de ampliar tais atendimentos, uma vez que é grande o contingente de trabalhadores da zona rural, por causa do funcionamento de uma destilaria de álcool.

Em face de exposição de motivos, aguarda-se por parte dessa Secretaria de Estado de Saúde e Bem-Estar Social, o encaminhamento de medidas capazes de garantir uma melhor estrutura aos postos de saúde de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoní Júnior. DD. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a ampliação e reforma do Posto de Saúde do município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança é um município essencialmente agrícola tendo na força de trabalho de seus "bóias-frias" a sua principal fonte de riquezas, mas é por essa razão que as necessidades básicas de saúde e de assistência social são prementes. naquele município, e é o Posto de Saúde o lugar onde os mesmos procuram recursos para seus problemas, sendo hoje o posto local, pequeno para atender à grande demanda de pessoas que ali necessitam ser atendidas, daí a justeza da presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o alargamento da rodovia que liga Boa Esperança à BR 369, em frente da COAMO, num trecho de aproximadamente 2 Km.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de armazém da COAMO na faixa da estrada que liga Boa Esperança à BR 369, trouxe problemas para o trânsito daquela rodovia, necessitando urgentemente seu alargamento para evitar não só dificuldades de trânsito, mas também acidentes que ali ocorrem regularmente.

#### REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada expediente, pela via mais urgente possível, ao Governo Federal, na pessoa do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, dando-se ainda conhecimento ao Senhor Governador do Paraná, no sentido de PROTESTAR contra os atos praticados pelo Governo da República do Paraguai, atentatórios da liberdade de opinião e de imprensa, notadamente à perseguição, e prisão arbitrária de jornalistas, a suspensão de publicação de jornais daquele País e a interdição da circulação interna de jornais brasileiros.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

01 - No Paraguai, o império da lei tem sido substituído por mais de três décadas, por um regime ditatorial que atenta contra as liberdades fundamentais de associação e da pessoa humana. Embora seja classificada de moribunda, porque associada à figura de um ditador decrépito, a ditadura paraguaia teima em manter o sofrido país sob as garras de um regime que perdeu o passado da História, constituindo-se num verdadeiro anacronismo neste final de século.

02 - De outro lado, o fato de existirem mais de quinhentos mil brasileiros no Paraguai nos deixa apreensivos, porque não há em absoluto garantias de um governo legal que possa assegurar o cumprimento dos direitos e garantias individuais.

03 - Ainda agora o governo paraguaio, irritado com as seguidas denúncias de corrupção contra seus membros, formuladas pelo combativo jornal ABC Color, de Assunção, adotou medidas contra a liberdade do diretor desse órgão de imprensa mantendo-o preso sem ordem judicial; impediu a publicação do jornal diário; vasculhou seus escritórios e sua redação e, ainda, proibiu a circulação interna do jornal brasileiro "O Estado de São Paulo", que vinha dando cobertura imparcial àqueles lamentáveis acontecimentos.

04 - Na medida em que o Governo Brasileiro mantiver continuidade de relacionamento amistoso com a ditadura paraguaia, nosso Governo estará efetivamente fortalecendo aquele regime arbitrário. Por esse motivo, fazemos presente o protesto do povo paranaense, através desta Assembléia, contra o prestígio brasileiro à ditadura paraguaia, para que a liberdade possa um dia voltar a florescer no país guarani.

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

Requer o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Geraldo Gilberto Garbi, Digníssimo Diretor Presidente

da Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, conforme exposto abaixo.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à autoridade acima mencionada, solicitando para que a linha telefônica que vai até a COPASA, na cidade de Guarapuava, seja estendida até a Ponte do Rio Jordão naquele município, numa extensão de aproximadamente 3.000 (três mil) metros.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a extensão da linha telefônica desde a COPASA até a Ponte do Rio Jordão, na cidade de Guarapuava, virá atender a uma demanda imediata de aproximadamente 20 (vinte) aparelhos telefônicos residenciais e comerciais, conforme o contido no ofício n.º 18/84, subscrito pelo Sr. Orlando Peterlini, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava, em anexo, e no qual ele atende às reivindicações de comerciantes, industriais e agricultores daquela vasta região guarapuavana que ainda não contam com os benefícios da telefonia.

Temos certeza que a partir do momento em que aquela rede telefônica for ampliada, muitas outras famílias deverão procurar o escritório local da TELEPAR, para adquirirem seus telefones, demonstrando que este benefício não será para uma pequena parte da população, mas para a grande maioria, que saberá retribuir os benefícios recebidos.

Solicitamos o envio de cópias do presente requerimento, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Câmara Municipal de Guarapuava.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Claus Magno Germer, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Posto de Vendas e outro de Mecanização, ambos da CAFE DO PARANÁ, no município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Marilândia do Sul é um município cuja base econômica se assenta na agricultura. A instalação de um Posto de Venda e de um Posto de Mecanização virá em benefício do desenvolvimento da região.

Tal reivindicação atende aos anseios de toda a municipalidade e dos agricultores, motivo pelo qual acreditamos no seu atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção do prédio da Subdelegacia de Polícia da localidade de Mauá, município de Marilândia do Sul, suprimindo-a de todo o instrumental necessário para o seu devido funcionamento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Uma das prioridades do Governo Richa é a Segurança

Pública. Em Mauá, a comunidade se acha alarmada com a insegurança reinante, merecendo a devida atenção das autoridades competentes. A segurança será maior, se maior forem as condições de trabalho.

O atendimento a essa reivindicação contentará a laboriosa comunidade mauense, que não pode prescindir de melhores condições de trabalho para seus policiais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção do prédio da Delegacia de Polícia de Marilândia do Sul, munindo-a de todo instrumental necessário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O prédio da Delegacia de Polícia de Marilândia do Sul não oferece as mínimas condições de segurança. Construído em madeira, está bastante danificado, não oferecendo a devida proteção aos usuários.

O atendimento a essa reivindicação virá de encontro aos anseios comunitários daquele município e aos fins programáticos do Governo Richa. É motivo de apreensão, pela população, essa medida. O programa do atual governo propõe prioridade para segurança pública, com o que concordamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Professor Antonio Delfim Netto, em que solicita esclarecimentos sobre o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

É de todos conhecida, a dificuldade financeira dos municípios paranaenses, em especial daqueles afetados pela formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu. Constata-se nesta região o agravamento do desemprego, dos desequilíbrios ecológicos e das condições sanitárias das localidades atingidas pelo alagamento.

Justamente no intento de debelar os efeitos do alagamento e minimizar as conseqüências prejudiciais do lago sobre as áreas adjacentes é que o Governo Federal fixou as diretrizes para o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Constam deste programa especial, em sua versão atual, o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento urbano dos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Foz do Iguaçu, e apoio às áreas da piscicultura, construção de postos de saúde, pronto-socorro, mercado municipal e unidades escolares de primeiro grau, além da extensão rural, do controle sanitário e da preservação das condições ecológicas.

Ultimamente, entretanto, circulou o comentário de que os recursos referentes ao exercício de 1984, da ordem de Cr\$ 1.020.000.000,00 (um bilhão e vinte milhões de cruzeiros), seriam destinados a outras finalidades, entre as quais para a recuperação da PR-317, o que além de constituir-se em desvio do projeto original, representa uma incoerência, uma vez que estudos indicam que para essa recuperação seriam necessários, em valores de dezembro de 1983, investimentos de doze bilhões

de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000.000,00).

Neste sentido, pedimos o obséquio nos seja enviada informação sobre a real destinação dos recursos do PRODOPAR e a continuidade do aludido Programa para os próximos anos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação, Doutor Paulo Bittencourt Beltrão, em que solicita parecer favorável à criação de novos cursos na Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Foz do Iguaçu, através da Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A aprovação do funcionamento e o reconhecimento dos cursos de Turismo, Letras, habilitação em Comércio Exterior e Administração Hoteleira, que serão ministrados pela FACISA, representarão importante campo de formação de quadros especializados nos setores vitais da indústria de Foz do Iguaçu, que se concentra no turismo e comércio exterior.

A rápida deliberação em favor deste pleito da sociedade iguaçuense se prestará, outrossim, no incentivo à fixação dos formandos a seus estudos ao nível de especialização, bem como adapta à filosofia de procurar voltar o ensino universitário para a resolução dos problemas regionais e nacionais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ministro Delfim Neto, chefe da Secretaria de Planejamento, ao Diretor Geral do DASP e ao Ministro da Agricultura Nestor Jost, pedindo a aprovação do Processo DASP nº 20.976/82, referente à criação da carreira de Engenheiro Agrícola no Serviço Público Federal.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Já existem em nosso país, sete faculdades, que desde 1973, formam engenheiros agrícolas, habilitados para o exercício das atividades relacionadas na Resolução nº 256, de 27 de maio de 1978, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

Desse modo, tem crescido o número de profissionais exercendo a engenharia agrícola, em suas cinco áreas de atuação e conhecimento, a saber: Mecânica Agrícola, Engenharia de Água e Solo, Construções Rurais e Ambiência, Pré-Processamento e Armazenamento e Energização Rural, atividades de fundamental importância para o crescimento da eficácia de aplicação de bens de capital de engenharia na agricultura e no aumento da produtividade da terra e da mão-de-obra.

O próprio Governo Federal, já reconheceu a importância do crescimento da Engenharia Agrícola para o processo produtivo brasileiro, o que motivou a criação do CENEA, órgão autônomo integrante do Ministério da Agricultura, o que torna incompreensível a demora para o reconhecimento da carreira ao nível do Serviço Público Federal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, em que solicita cópia de estudo de melhoria do sistema de transporte coletivo

urbano de Foz do Iguaçu, processado pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa do Paraná noticiou, recentemente, a conclusão de estudo de melhoria do sistema de transporte coletivo urbano do Município de Foz do Iguaçu, de lavra da Secretaria de Estado dos Transportes, através de seu Departamento dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC.

No intento de submeter este trabalho à análise do partido em Foz do Iguaçu, e dos segmentos representativos da sociedade iguaçuense, tomamos a iniciativa de solicitá-lo formalmente pelo presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor Erasmo Garanhão, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Claus Magno Germer, em que solicita estudos no sentido da criação de linha especial de crédito do BANESTADO para a implantação de Micro-Bacias.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Nas discussões processadas em encontros do PMDB no interior do Estado, é presente o grande alcance social conseguido a propósito do Programa de Manejo de Solo e implantação de Micro-Bacias.

Colhemos ali, outrossim, a ansiedade dos agricultores de terem acesso ao Programa de Implantação de Micro-Bacias, que embora feitas a custos reduzidos, ainda estão inacessíveis a parcelas consideráveis dos agricultores paranaenses.

Por tratar-se de questão técnico-política na qual apenas o Governo pode adotar providências e desenvolver estudos de maior profundidade, passamos às Pastas das Finanças e da Agricultura, a tarefa de estudar a implementação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, Doutor Antônio Fernandes Neiva, em que pede informações sobre a existência de processo reivindicatório de concessão para a instalação de emissora de rádio no Município de Corbélia - PR, e sobre as exigências legais para a obtenção de concessão do gênero.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa colher dados para a discussão já em curso naquele município, entre seus membros mais destacados, visando à instalação de emissora de rádio.

Considerando o comentário corrente de que há vários anos teria sido montado um processo para obtenção de concessão desse respeitável colegiado e considerando a necessidade presente de expandir os meios de comunicação social, rogamos de Sua Excelência, o Diretor Geral do DENTEL, a prestação das informações acima.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

buições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a realização de FORUM DE DEBATES SOBRE A QUESTÃO DO XISTO BETUMINOSO DA FORMAÇÃO DE IRATI, do qual participem autoridades científicas da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, representantes do Ministério das Minas e Energia, da PETROBRÁS, da MINE-ROPAR e de outros organismos vinculados à área, objeto do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de o Brasil desenvolver processos alternativos no campo da energia coloca a todas as instituições da sociedade a responsabilidade de participação e contribuição.

Nesta perspectiva é que se insere o requerimento ora apresentado, tanto mais quando nos defrontamos com grave crise econômica, principalmente como função do alto nível de dependência a que está submetido o Brasil, em especial no campo dos combustíveis líquidos.

Anexe-se à justificativa ora exposta o pronunciamento de Plenário e se tem na devida conta a procedência do desenvolvimento da temática do xisto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicita urgente decisão favorável à criação do Núcleo Regional de Ensino da SEED, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Em recente audiência que as lideranças políticas do PMDB de Foz do Iguaçu reuniram-se com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, doutor José Richa, foi objeto de consideração memorial contendo como uma das reivindicações centrais a defesa de Núcleo Regional de Ensino em Foz do Iguaçu, Memorando anexo, com publicações.

Extraída do documento, temos a seguinte declaração de consenso entre os presentes: "Na Secretaria de Estado da Educação, onde havia oito Núcleos Regionais, passa a haver vinte Núcleos, abolido o de Foz do Iguaçu e criando outros, como o de Toledo, que a 38 km de Cascavel foi beneficiado. Ademais, Núcleos como o de Paranaguá, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Apucarana, Pato Branco, União da Vitória, Irati, Guarapuava, integram clientela em muito inferiores, quanto ao número é óbvio, às que seriam atendidas pela criação de Núcleo em Foz do Iguaçu.

Ressalte-se, ainda, que a distância entre Foz do Iguaçu e Cascavel é de 140 km. Daí propormos a criação de novo Núcleo, abrangendo os Municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Missal, Medianeira, Matelândia, Céu Azul e Vera Cruz, com propagação escolar de mais de 70 mil alunos, aproximando-se do 15.º Núcleo, que após a divisão passaria a contar com 73 mil".

Pedimos, portanto, dado o vigor da reivindicação nas bases das instituições de primeiro e segundo graus, do município, e região adjacente, urgente pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, que temos certeza será na mesma direção de uma maior eficiência administrativa e democratização/descentralização das decisões.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Doutor João Cataldo Pinto, em que solicita informação sobre pagamento de indenizações a pessoas físicas e jurídicas do Município de Corbélia, em consequência da construção da BR-369.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A consecução da BR-369, trouxe indubitáveis vantagens para a economia da região oeste do Paraná. Deixou, entretanto, questões até hoje pendentes no que diz respeito à indenização de áreas seccionadas pela estrada.

Além dos casos de pessoas físicas até hoje não indenizadas, move-nos na apresentação do presente o fato de a Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança não ter sido indenizada nos danos que sofreu pelo corte de seu campo oficial de futebol, o único do modesto e progressista Município de Corbélia, na região Oeste do Estado do Paraná.

Neste sentido, pedimos, respeitosamente, ao Diretor Geral do DNER informação sobre como essa autarquia procederá no processo indenizatório advogado pela aludida sociedade e outras pessoas físicas, entendendo que há a necessidade de que esta questão seja resolvida ainda na atual gestão, para que não haja pendências em tão vital setor do serviço público.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Cultura e Esportes e ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Paranatur, solicitando a inclusão de Campo Mourão (Exposição-Feira) no roteiro turístico do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A Exposição-Feira de Campo Mourão hoje é para toda a região da CONCAM, no Estado do Paraná, e em outros Estados, um local de verdadeira atração turística, daí ser necessário que a mesma seja inserida no calendário turístico de nosso Estado, para que todos os brasileiros possam saber que Campo Mourão é uma cidade da maior importância no contexto brasileiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Doutor José Olímpio Xavier, e ao Excelentíssimo Senhor Superintendente da EMOPAR, Doutor Cândido Bastos, em que solicita providências no sentido da reforma do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A pedido da Senhora Ivone Aparecida Perez Muller, Mui Digna Diretora do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, em Foz do Iguaçu, e do Presidente da Associação de Pais e Mes-tres da mesma instituição, senhor Ovídeo Cáceres, remetemos às autoridades da administração cópia do ofício 19/84, dirigido ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB daquele município, dando conta do "estado precário no plano de funcionamento físico, a exigir imediatas providências no sentido de



sua reforma".

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DETRAN, Doutor Francisco Deliberador Netto, em que solicita apreciação do apresentado pela Chefia da 16ª CIRETRAN, de Foz do Iguaçu, e pede providências.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

### JUSTIFICATIVA:

A pedido do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, todos os órgãos estaduais com sede naquele município elaboraram relatórios dando conta da situação das necessidades e encaminhamentos necessários para a correta prestação dos serviços públicos.

Neste sentido, a Chefia da 16ª CIRETRAN apresentou um trabalho de onde constam a atual demanda de serviços no setor, estrutura de pessoal, área de atendimento, arrecadação fazendária, composição do CDA, Plantão de Acidentes e deficiências administrativo-funcionais.

Estimulados pelo curso de projeto visando à reestruturação desse órgão, enviamos as propostas destinadas, originariamente, ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de ofício a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando ampliação das dependências do prédio da Escola Estadual 31 de Março - Ensino de Primeiro Grau, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz e se justifica em razão da própria campanha do Governo do Estado no sentido de não deixar crianças de 07 a 14 anos sem escola, em vista disso, solicito tal ampliação para que se possa melhor abrigar a grande clientela apresentada no bairro, em que se encontra a referida escola.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder do documento elaborado pelas Federações: do Comércio Varejista, do Comércio, das Indústrias, da Agricultura e das Associações Comerciais do Estado do Paraná. É uma lúcida e patriótica posição dos empresários deste Estado, consubstanciando uma bem ordenada proposta do empresariado sobre o reajuste de tarifas, preços e tributos. Na verdade, é mais uma valiosa contribuição dos construtores da economia do Paraná, que tudo tem feito para combater a recessão e retomar o desenvolvimento, merecendo o nosso louvor.

Da decisão plenária, requeiro se dê ciência aos senhores presidentes das cinco federações responsáveis pelo documento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

APOIAMENTO: Luiz Alberto Oliveira.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 34/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — As funções de diretor de estabelecimento de ensino de primeiro e segundo grau — regular, supletivo e especial — da rede estadual de ensino, inclusive o que goza de autonomia administrativa e financeira, serão exercidas mediante designação pelo Secretário de Estado da Educação, por eleição organizada na forma desta lei.

Art. 2º — A eleição referida no artigo anterior será convocada mediante editais afixados em locais visíveis no estabelecimento de ensino.

Art. 3º — Poderão ser votados os professores ou especialistas em exercício no estabelecimento de ensino pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério ou ao Quadro Único do Poder Executivo.

Art. 4º — Poderão votar:

I — Os professores e especialistas referidos no art. 3º;

II — Os demais funcionários estatutários e celetistas em exercício no estabelecimento de ensino;

III — Os alunos regularmente matriculados no primeiro grau supletivo e no segundo grau regular e supletivo;

IV — O pai, mãe ou representante de aluno regularmente matriculado no estabelecimento.

Parágrafo único — Na hipótese do inciso IV deste artigo, o voto será apenas um, independentemente do número de filhos matriculados no estabelecimento.

Art. 5º — Cada votante, indicará, através de manifestação pessoal e secreta, um nome dentre os referidos no art. 3º.

Art. 6º — Da divulgação dos resultados caberá recurso, sem efeito suspensivo, interposto e arrazado por qualquer votante, inclusive candidatos, no prazo de vinte e quatro horas.

Parágrafo único — O recurso, entregue ao Inspetor Estadual de Ensino, será remetido ao Chefe do Núcleo Regional, que o informará ao Secretário de Estado da Educação para julgamento em única instância.

Art. 7º — Publicado o ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, o Chefe de Núcleo Regional ou o Inspetor Estadual de Educação, dará posse ao diretor eleito.

Art. 8º — O diretor designado nos termos desta Lei, indiciado em sindicância, processo administrativo ou inquérito policial, ou contra o qual tramitar ação penal, poderá ser afastado do exercício de suas funções pelo Secretário de Estado da Educação, por decisão fundamentada na conveniência para apuração dos fatos ou ter, pela mesma autoridade seu mandato declarado extinto, para resguardo da dignidade das funções.

Art. 9º — Em caso de vacância das funções de diretor, caberá ao Secretário de Estado da Educação designar outro, dentre os previstos no art. 3º, para a complementação do mandato.

Art. 10 — O mandato do diretor é de dois anos, iniciando no primeiro dia útil do ano civil subsequente ao qual se verificou a eleição, admitida uma recondução consecutiva.

Parágrafo único — Na segunda quinzena do mês de novembro do ano em que se encerrar um mandato, o Inspetor Estadual de Educação deverá providenciar o processo de votação para o mandato seguinte.

Art. 11 — As normas desta lei não são aplicáveis em estabelecimento de ensino que contar com menos de três professores ou especialistas que preencham as condições do art. 3º.

Parágrafo único — Na hipótese deste artigo, o diretor será de exclusiva escolha do Secretário de Estado da Educação.

Art. 12 — O Secretário de Estado da Educação baixará, mediante resolução, instruções que se fizerem necessárias à fiel execução desta lei.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO



**JUSTIFICATIVA:**

A participação da comunidade sempre foi vista como relacionada à melhor utilização de recursos locais existentes, para que, através da colaboração de todos se alcance uma pretendida melhoria das condições de saúde, moradia, lazer, segurança e educação.

Tais procedimentos, no entanto, com as devidas considerações, se caracterizam como um processo participativo dos cidadãos, mas não necessariamente como uma prática democrática.

Tanto tem sido assim, que ao longo dos vinte anos de autoritarismo, por parte do Governo Federal e dos Governos Estaduais, foram feitos apelos às comunidades, conclamando-as a participar das mais diversas ações, como por exemplo a arrecadação de recursos para a manutenção de escolas, desobrigando sempre e cada vez mais os recursos da União, notadamente no setor educacional. Os segmentos da nossa coletividade foram sempre utilizados na chamada "participação", no sentido de amenizar a situação de estruturas falidas ante a ausência de recursos.

O que é imprescindível levar a efeito, é o verdadeiro conceito de envolvimento comunitário, a democratização participativa, onde existem as decisões emanadas por todos, apontando os rumos a serem seguidos.

No dia 17 de junho do ano passado, o Paraná viveu um momento inédito até então. No Brasil, o primeiro e indispensável passo para a caminhada de democratização das instituições educacionais, através da verdadeira participação do professorado, funcionários, estudantes e pais destes, experiência essa que tem refletido na melhoria das condições de direção escolar, pois foram os mesmos escolhidos por intermédio da manifestação pessoal, livre e secreta de todos. O aperfeiçoamento apresentado por este projeto, em relação ao Decreto número 455/83, é a inexistência da lista tríplice, passando o voto a ser diretamente para qualquer uma das pessoas arroladas no artigo terceiro do presente projeto.

É preciso afirmar, portanto, que através do processo eleitoral direto para as direções das escolas públicas estaduais, seja assegurado em sua plenitude, deixando de ser apenas discursos ou retóricas, para passar a ser o encaminhamento prático de medidas salutares, ouvida a manifestação pessoal dos que atualmente sentem a gravidade dos problemas e, principalmente, sabem o apontamento de suas soluções.

Estaria, sem dúvida, elevando-se as condições estruturais de ensino, cujo interesse é verificado entre todas as associações de professores, pais e alunos, que estão realmente vinculados ao verdadeiro processo democrático no seu conceito mais profundo.

**PROJETO DE LEI N.º 35/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Pe. GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: FIORI LUIZ, SABINO CAMPOS, NELSON VASCONCELLOS, CAÍTO QUINTANA, ROBERTO REQUIÃO e ERONDY SILVÉRIO.

**JUSTIFICATIVA:**

O Padre Henrique Pereira Filho, é uma das pessoas mais conhecidas em nosso Estado, nascido em Santa Maria - RS, transferindo-se posteriormente para o Paraná, onde reside há mais de 25 anos, atuando sempre com dedicação e amor, quer como religioso, professor ou na medicina, contribuindo assim

para o engrandecimento de nosso Estado, como bem demonstra o curriculum que estamos anexando ao presente.

**Projeto de Lei Complementar:****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 36/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica acrescido ao Art. 33, da Lei Complementar n.º 02, de um parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 33 — . . . . .

"Parágrafo único. Na legislatura iniciada a 1.º de fevereiro de 1983, o mandato da Mesa será de três (03) anos".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

**JUSTIFICATIVA:**

Estabelecendo a Constituição Federal em seu Art. 215, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 22, de 29 de junho de 1982, que "Os mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988", prescreveu norma legal com eficácia transitória, de caráter específico.

Por outro lado, sendo a maioria dos Legislativos Municipais constituída pelo número mínimo de Vereadores, previsto em lei, ou seja, 9 (nove), a continuidade da adoção do sistema bienal para os mandatos das Mesas dos Legislativos Municipais, torna impossível a constituição da Mesa no terceiro biênio, uma vez que todos estarão impedidos "ex-vi legis".

A presente proposta visa corrigir e disciplinar situação excepcional surgida por força das disposições do referido artigo da Constituição Federal. Ao mesmo tempo, matém o princípio de dois períodos em uma mesma Legislatura.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Depois de recente pronunciamento que desta tribuna tivemos a ocasião de proferir, com relação à política agrícola do Governo Federal, e mais especificamente com relação à política tritícola, esperávamos, quem sabe pretensiosamente, que as autoridades do setor, sensibilizadas pelo grave problema dos agricultores paranaenses, correspondessem ao apelo com uma satisfatória fixação dos Valores Básicos de Custeio (VBC's) a níveis compatíveis com o desembolso efetivo do produtor.

Tal não aconteceu, similarmente a dezenas de apenas que temos feito às autoridades federais, e é esse o motivo porque nos encontramos na tribuna mais uma vez, com a diferença que, desta vez, não vimos solicitar, mas sim exigir providências imediatas que acabem de uma vez por todas com a dramática situação de milhares de lavradores paranaenses.

Embora tendo o Governo Federal fixado o preço de garantia do trigo em Cr\$ 18.000,00 a saca de 60 kg, com correção monetária mês a mês até o término da comercialização (o que se pode considerar até certa medida satisfatório, embora o valor não corresponda nem de longe ao solicitado pelo produtor), os Valores Básicos de Custeio (VBC's) ficaram muito aquém dos valores reais, calculados como absolutamente indispensáveis.

É, portanto, este o ponto fundamental da nossa exigência: que sejam revistos e ajustados os valores relativos aos VBC's, de acordo com o pleiteado anteriormente pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Na impossibilidade abso-

luta de viabilização deste pedido, então que os financiamentos de custeio do trigo e demais culturas de verão (cevada, aveia e centeio), sejam financiadas em cem por cento do VBC fixado, independentemente da categoria do produtor.

Para que se possa ter uma noção da defasagem reinante ainda nos Valores Básicos de Custeio, se considerarmos a faixa mais representativa (de 1001 a 1200 kg/ha), encontramos uma defasagem em relação à necessidade do desembolso, que atinge em 74 por cento o grande produtor e em 61 por cento o médio produtor. Estes percentuais de defasagem inviabilizam qualquer plantio, tanto mais se levarmos em conta que as necessidades dos médios e grandes produtores dentro da faixa de produtividade de 1001 a 1200 kg/ha, só para as aquisições de sementes e fertilizantes tem um "déficit" de recursos financeiros da ordem de 16 e 44 por cento, respectivamente.

A insatisfação dos produtores diante desta situação é extrema; recebemos, sexta-feira passada, telegrama proveniente da Câmara Municipal de Sertãoópolis, da pessoa do seu representante máximo, Sr. Benedito Biasi Zanin, o qual nos transmitia toda a preocupação dos lavradores da região, os quais, desestimulados pelos atuais VCB's, estão cancelando maciçamente as reservas de sementes, adubos e defensivos, comprometendo deste modo a produção da região, uma das mais produtivas do nosso Estado.

Neste momento, para finalizar, quero aqui registrar a frase do Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Nestor Jost, ao anunciar o novo preço de garantia do trigo: "se não der, daí vamos ter a coragem de alterar o orçamento e arrumar recursos, pois não passa pela cabeça de ninguém não fornecer o necessário para o abastecimento da população".

Portanto, Sr. Ministro, está na hora de repensar suas palavras e aplicá-las à prática; a situação de nossos produtores é insustentável, com os atuais níveis do VBC, e diante do alto risco da exploração; há que se ajustar estes percentuais à realidade, sob pena de assistirmos a um colapso na produção tritícola estadual, que sempre tem sido o sustentáculo na produção nacional, na qualidade de maior produtor".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não sei se é incompetência ou é má vontade, mas a verdade é que o Município de Turvo, num ano e quatro meses após a eleição do seu primeiro Prefeito, não possui ainda em funcionamento um Posto de Saúde.

Aquela região é muito carente, sua população é pobre, e não vemos boa vontade dentro da Secretaria da Saúde, para solucionar, de imediato, este problema que vem afligindo em muito a população do Município de Turvo.

Não acreditamos que a falta de instalação do Posto de Saúde do Município de Turvo seja porque o Prefeito eleito pertence ao PDS. Não acreditamos porque não podemos admitir este tipo de discriminação.

Mas, as atitudes tomadas pela Secretaria de Saúde nos deixam sim, em dúvida, porque não está funcionando ainda o Posto de Saúde do Município de Turvo, quando vemos comemorando um ano de governo o Sr. Secretário de Saúde, vir à televisão e querer que o povo acredite que laboratórios estão funcionando, que medicamentos estão sendo feitos, para que a população de baixa renda não sofra problemas em sua saúde; quando vemos o Sr. Secretário da Saúde anunciando diversas reformas em sua Secretaria, denunciemos, da tribuna desta Casa, o sofrimento da população de Turvo.

E fazemos aqui um apelo para o Sr. Secretário de Saúde deixar de divagações, deixar de fazer propagandas gratuitas na

televisão e cuidar da saúde da população, porque esta é a sua obrigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O manifesto das lideranças empresariais do Estado do Paraná, sob a forma de uma proposta ao Governo para o reajuste de tarifas, preços e tributos, configura-se como um apelo da própria sociedade civil, diante do tratamento enérgico e insustentável, ao qual se vê submetida nos últimos tempos.

As medidas econômicas e tributárias adotadas pelos vários níveis governamentais, e impostos à sociedade em geral, além de não alcançarem os objetivos declarados pelo setor público, vêm alimentando a inflação e favorecendo o desemprego.

Argumentam as lideranças empresariais dos diferentes setores da economia paranaense que, o Governo, através de legislação própria, submete a iniciativa privada a uma série de contenções.

Comprime as rendas geradas pelo setor privado, intervém nos salários, tabelas e juros, pune as rendas da propriedade, reduz os lucros, ao mesmo tempo que faz crescer excessivamente os tributos de qualquer natureza, em especial os preços dos servidores públicos.

Esse estranho pacto dos diversos planos governamentais, de arrecadar o máximo suportável pelo contribuinte já exaurido, com a finalidade de equilibrar as suas contas e sanear orçamentos deficitários, muitas vezes de iniciativas inviáveis e de discutível serventia econômica ou social, em níveis superiores aos reajustes das outras rendas da economia, demonstra-se como prática insensível e muitas vezes até mesmo perversa.

Um exemplo evidente é sem dúvida a disparidade entre as correções das rendas tabeladas e os superiores aumentos dos impostos, taxas e tarifas. Àquelas, sendo contidas mediante dispositivos da lei, os últimos, sem se subordinarem a qualquer forma de contenção, a não ser os limites do próprio bolso do contribuinte.

Assim, cabe a indagação: a quem compete tabelar o tabelador?

Porque, se nada for conseguido nesse sentido, caberá então outra indagação: quem protegerá a sociedade de seus protetores?

É oportuno repetir que é preciso que os governantes atenuem o apetite tributário e contribuam, com isso, também para diminuir a incidência de fatores psicológicos sobre os custos em geral.

Os governantes, independentemente do nível administrativo, devem ter sensibilidade e consciência para verificar da impossibilidade de, através de tributação excessiva, corrigir problemas estruturais da organização do Estado Brasileiro, em apenas um período de mandato.

O resultado da Administração Pública não se mede pela capacidade de arrecadação de tributos e nem pelas aplicações de recursos financeiros no mercado de capitais, através de ações tipicamente especulativas.

A sociedade não pode ser entendida como a fonte inesgotável de recursos tributários para a manutenção dos acertos e desacertos da organização política e administrativa de qualquer plano governamental.

Para tanto, é preciso que o Estado interventor atenuar sua influência sobre a economia e a sociedade em geral.

Se o aumento da riqueza do Estado não significa neces-

sariamente o aumento da riqueza pública, já se podem avaliar os riscos resultantes do Estado rico e da sociedade pobre.

É preciso pois que se adotem medidas que contribuam para acomodar os interesses conflitantes da sociedade pluralista e do Estado, em um clima de respeito, justiça e liberdade.

Somente a existência de um Estado sem ideologia, sem incompreensão, sem pretensões de poder absoluto, para usar expressão de Dahrendorf, é que admitirá medidas de auto-tabelamento, enquadrando-se nas normas que estabelece para a própria sociedade.

A sociedade deve ser fim, o Estado, meio.

Portanto, o apelo dos empresários paranaenses no sentido de que os tributos diretos da União, dos Estados e dos Municípios se enquadrem nos limites de 80 por cento da variação do INPC, verificado no período dos 12 últimos meses, não só é justificável, como tem um profundo significado, o de diminuir a distância e atenuar os conflitos entre o Estado e a sociedade civil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Preliminarmente, quero me associar às palavras do Deputado Artagão Mattos Leão, quando aborda um problema relacionado com o Município de Turvo. Peço vênha a Sua Excelência para fazer de suas as minhas palavras, tendo em vista a felicidade do seu pronunciamento.

Realmente o Município de Turvo está a merecer uma atenção maior da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. (Lê): "O Paraná ganhou, no início deste mês, duas novas escolas de primeiro grau, que funcionarão de acordo com a filosofia de ensino dos Adventistas do Sétimo Dia. A primeira em Laranjeiras do Sul, inaugurada no dia primeiro de março, e a outra em Guarapuava, no dia 2.

Parabenizamos a iniciativa da Organização Adventista, em abrir mais essas escolas, pois propõe uma educação, mais do que pura e simplesmente de desenvolvimento intelectual. É uma educação equilibrada, abrangendo os três aspectos fundamentais do desenvolvimento humano: o físico, o intelectual e o espiritual.

O primeiro aspecto é do conhecimento cabal do corpo. Cada estudante deve conhecer potencialidades físicas, através do esporte sadio, ocupação adequada e ausência de vícios. Assim eles poderão solidificar os alicerces de uma vida sadia, forte, alegre e feliz.

O segundo trata do desenvolvimento das potencialidades intelectuais. As mentes, ancoradas em um corpo sadio, se expandem ao máximo e tornam-se criativas. Grande destaque é dado ao estudo da natureza, das leis da ciência — a verdadeira ciência — e da compreensão dos fenômenos naturais.

O terceiro diz respeito ao amadurecimento espiritual e social. Os estudantes das escolas adventistas entram em contato com o compêndio mais importante oferecido para a humanidade, a Bíblia Sagrada. Além disso, desenvolverão a cortesia, honestidade, a bondade e outras virtudes cristãs, formando um caráter equilibrado.

Enfim, o objetivo da educação adventista é o grande objetivo da vida: restaurar no homem a imagem do seu Criador. Não se trata, de tornar o ser humano um incapacitado para pensar, como vemos no ensino de hoje em dia. Homens que parecem mais máquinas, que seres humanos. Se quiserem comprovar isto, é só olhar para a juventude atual. Vazia demais. Não participa da vida, não protesta, não cria líderes.

As escolas adventistas buscam a formação de homens íntegros, que não buscam seus escapes na violência. Mas também não aceitam quaisquer filosofias por simples modismos,

ou imposições. Homens que deploram, acima de tudo, a corrupção e a desfaçatez social, por "amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo", obedecendo a orientação de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A Organização Adventista do Sétimo Dia se faz presente na vida educacional paranaense desde 1896, quando foi criada a Escola Internacional de Curitiba, na Rua Paula Gomes. Posteriormente ela foi transferida para o prédio onde hoje funciona a Fundação Cultural de Curitiba, na Praça Anita Garibaldi.

Atualmente existem trinta e três escolas de primeiro grau, em 27 cidades paranaenses, e uma de segundo grau, funcionando no regime de internato, numa fazenda situada no Município de Ivatuba, próximo a Maringá. No total, são 6.500 alunos e 300 professores, liderados pelo professor e pastor Nepomuceno de Abreu, titular do Departamento de Educação da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Boa parte, isto é, cerca de 35 por cento dos alunos são pobres a ponto de não poderem pagar seus estudos. Por isto, são mantidos através de bolsas especiais, ou pelo trabalho, em troca dos estudos.

Uma iniciativa como esta, que investe em plena época de crise, com o único objetivo de formar homens melhores e capazes, deve ser louvada. Mais que isso, merece ter seus feitos registrados nos Anais desta Casa".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A que ponto chega a insensibilidade, o desrespeito à vida e porque não dizer, o desamor praticado por um homem que exerce altas funções no Governo Federal.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à entrevista concedida recentemente a um canal de televisão pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Afonso Celso Pastore. Disse ele, na entrevista que eu não vi, indagado a respeito dos problemas dos mutuários do BNH, muitos mutuários inadimplentes com esse sistema habitacional, de que ele iria sugerir ou ele sugeriu através daquele programa, às pessoas que não têm condições de manter os seus carnês em dia e indagado pelo repórter, disse que a sugestão que dava era para que essas pessoas em atraso com seus pagamentos, dessem um tiro na cabeça e, desta forma, possibilitaria aos seus herdeiros a quitação da casa.

Disse anteriormente, que eu não vi a entrevista concedida pelo Sr. Afonso Celso Pastore, entretanto a notícia correu e foi veiculada nos jornais e merece um repúdio veemente, porque esses homens que suicidaram, que provocaram o suicídio da economia brasileira, eles sim deveriam ganhar de presente um revólver e perpetrarem a sugestão que dão ao povo humilde e trabalhador brasileiro. (Aplausos da galeria)

Num ano, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (faz soar os tímpanos)

A Mesa solicita aos ilustres visitantes e reafirmo a honra em recebê-los, no entanto, o nosso Regimento Interno proíbe qualquer manifestação das galerias. A Presidência agradece a compreensão dos ilustres visitantes.

Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. EDGARD PIMENTEL — ... em que a Igreja propõe, no tema da Campanha da Fraternidade 1984, um chamado à vida, para que todos tenham vida e a tenham em abundância, é triste, é melancólico ver homens que têm sob o seu comando a responsabilidade e o dever de dar respeito,

pregarem tamanha imoralidade. A que ponto chegamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Esses homens, tecnocratas que são, que não cheiram povo e que desconhecem o povo, por isso que eles fazem uma desastrosa declaração porque eles são insensíveis que deixam o nosso País - especialmente a nossa economia - à falência, à condição de insolvência. Talvez quem sabe a sugestão do Presidente do Banco Central tenha tido uma outra abrangência, porque se fosse valer a sugestão dele, todos os brasileiros morreríamos, porque se há estado realmente de insolvência, se há um País que está inadimplente perante a economia mundial é o Brasil, fruto da incompetência dos homens que conduzem a política econômico-financeira do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente quero congratular-me com o pronunciamento do Deputado Edgar Pimentel que retrata na verdade o drama do brasileiro comum, frente à incompetência já demonstrada tantas vezes pelos condutores da política econômica desse País.

Temos recebido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, telefonemas, visitas, contatos inúmeros de prefeitos do PR preocupadíssimos com o corte profundo de 2/3 nas verbas do Fundo de Participação dos Municípios. Temos certeza que os demais companheiros desta Casa devem ter recebido também a manifestação de preocupação dos Prefeitos do Paraná, associada à preocupação de todos os Prefeitos do Brasil, por este corte nas suas verbas de Fundo de Participação.

Chegamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a uma única conclusão, bateram a carteira das Prefeituras Municipais. Bateram a carteira porque retiraram o dinheiro que já estava depositado no Banco do Brasil, destinado ao Fundo de Participação dos Municípios. Bateram a carteira porque avisaram aos municípios a importância que iriam receber e, por motivos até agora ignorados, e não esclarecidos, retiraram os recursos de direito dos municípios paranaenses, dos municípios do Brasil.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a consciência política e econômica da área federal procura, a cada instante no Brasil, satisfazer os seus cofres, tirando daquela célula da sociedade que é o município e a população, o dinheiro que lhe falta para poderem promover as verdadeiras orgias econômicas que fazem em nome desta política desastrosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os municípios brasileiros ainda honram seus compromissos. Os Prefeitos Municipais do Paraná e do Brasil, independente do partido a que estejam filiados, estão acostumados pagar os seus compromissos porque convivem com as comunidades e até porque foram eleitos pelo voto direto dos seus municípios, para representá-los nas Prefeituras Municipais. Os Prefeitos Municipais do Paraná e do Brasil não estão acostumados a aumentarem as suas dívidas, a rolares as suas dívidas, a aumentarem os seus juros, a sua incapacidade financeira, a buscarem dinheiro fácil no Exterior para comprometer cada vez mais as comunidades que dirigem.

Talvez isto não seja entendido pelos homens da área econômica federal que, a cada instante que precisam de recursos, baixam impostos e mais impostos sobre a população. Agora, inauguram uma nova fase de tirar dinheiro do município, para poder socorrer os seus escândalos financeiros

ros e, quando não, buscam no Exterior mais recursos para suprir a ganância e os descertos.

Não estão acostumados os municípios brasileiros a assinar o "WAVER", as famosas cartas de perdão para justificar a incompetência. Não estão os Prefeitos do Paraná e do Brasil acostumados a terem que voltar atrás nos seus compromissos, porque gostam de cumpri-los e honrá-los e, assim, representarem condignamente os votos que receberam.

Fica aqui o nosso protesto associado a outros companheiros desta Casa e enviaremos às autoridades financeiras nacionais o pedido, não de revisão, não de imploração, não de mendicância, mas que dêem aos municípios brasileiros aquilo que é de direito, porque foi gerado pelo trabalho de tantos e tantos paranaenses, como de tantos e tantos brasileiros, gerando impostos infelizmente mal administrados pelos homens da política econômica federal.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Sabino Campos.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

Ausente, concedo a palavra à Sra. Deputada Irondi Pugliesi.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escorsin.

Havendo declinado, está encerrado o Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO ((Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Solicito que Vossa Excelência determine a minha inscrição para o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e determina que seja anotada a inscrição que Vossa Excelência requer.

No Horário das Lideranças Partidárias, consulto à Liderança do Partido Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do horário que lhe é concedido.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Por dez minutos o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já se passaram um ano e meio, Juvêncio Mazzarollo continua amargando cárcere, condenado por esta esdrúxula Lei de Segurança Nacional.

Todos os esforços foram enviados pela sociedade civil e a sociedade organizada deste nosso Paraná e porque não no Brasil.

Advogados se debateram e tudo fizeram para tirá-lo

da cadeia, mas infelizmente dado a insensibilidade da justiça militar, que tem punido inocentes, mas que tem feito vistas grossas com os verdadeiros corruptos e lesa-Pátria. Juvêncio continua preso, Sr. Presidente e Srs. Deputados após um ano e meio, porque denunciou os arbítrios, as arbitrariedades que Itaipu estava cometendo contra os colonos desapropriados por Itaipu.

Continua preso porque denunciou falcaturas, negociatas e corrupções na Administração Municipal de Foz do Iguaçu e municípios da região.

Lamentavelmente, este jornalista teve que recorrer há determinados tempos atrás ao expediente da greve de fome, para sensibilizar a Justiça Militar e pelo menos lhe proporcionar na época, melhores condições de vida dentro daquele cárcere.

Durante esse interim a Lei de Segurança Nacional foi modificada, todos os presos políticos do Brasil, inclusive os padres franceses, Cláudio Campos de São Paulo, estão hoje em liberdade, Juvêncio continua sendo o único preso político deste nosso Brasil, vergonhosamente aqui na nossa cara e por ironia no cárcere mantido pelo Governo do Estado, que é totalmente contra essa absurda Lei de Segurança Nacional. E hoje tomei conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse homem, indignado, sofrendo a injustiça que estão lhe fazendo, recorrerá mais uma vez a essa medida drástica, que ele sabe, poderá prejudicar sua saúde para o resto da vida. Mas porque não vê outra alternativa; porque os militares se mostram insensíveis ao nosso apelo aqui nesta nossa tribuna, porque a Justiça Militar não se sensibiliza ao apelo da Igreja: Comissão de Justiça e Paz; da classe política; do próprio Governador do Estado.

Juvêncio Mazarollo, entrará, a partir da meia-noite de amanhã, mais uma vez, em greve de fome. E eu fico preocupado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque no contato que eu mantive com esta pessoa hoje pela manhã, senti a indignação, a revolta e o desejo, até mesmo de morrer no cárcere, se não for libertado já; agora, antes de acabar esta greve de fome. E para conhecimento desta Casa, para que fique lavrado nos Anais desta Casa, eu leio este documento que considero até mesmo histórico, porque os desdobramentos desse seu gesto, são imprevisíveis. Só Deus sabe o que poderá acontecer, tendo em vista que nós sabemos a falta de sensibilidade desses que fazem tudo para protelar; que até parece que estão de marcação pessoal, encima deste homem e que não lhe dão o direito de voltar ao convívio com a sociedade. O documento inicia com o título de "LIBERDADE OU MORTE".

É o jornalista diz o seguinte:

(Lê): "Completei 18 meses de cárcere, onde fui jogado inapelavelmente pela (antiga) Lei de Segurança Nacional em função de meia-dúzia de frases publicadas no semanário "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, no distante ano de 1981, enquanto os criminosos de lesa-pátria continuam livres e prosperando.

A certeza absoluta de que sou vítima de terrível injustiça e o esgotamento da paciência com esta situação insustentável impõem-se o dever de adotar a medida que anuncio aqui: a partir de zero hora de hoje, 28/03/84, SÓ VOLTAREI A ME ALIMENTAR SE E QUANDO FOR LIBERTADO.

Em hipótese nenhuma e sob argumento nenhum, abandonarei esta decisão.

Sou o último preso político do País. Minha permanência no cárcere é uma INDECÊNCIA que clama aos céus, embora o clamor encontre invencível dificuldade de se fazer ouvir na terra — onde a reação às ofensas aos direitos humanos é apenas diretamente proporcional à notoriedade das vítimas. "Todos os homens são iguais em dignidade e direitos": a piada do século! LIBERDADE OU MORTE! — é a minha escolha. Se morrer, não será suicídio, e sim um homicídio cuja responsabilidade todos saberão de quem é.

Poucos não conhecem o meu drama, por isso não há necessidade de explicações ou justificativas. A consciência não me permite agir de outro modo. A decisão de jejuar até ser libertado é fruto de longa meditação e profunda avaliação de tudo o que já passei. A indignidade há muito passou dos limites toleráveis. E ninguém tem o direito de se deixar violentar.

O jejum é para ser libertado, e o sacrifício o dedico aos que passam fome e toda sorte de dificuldades por força da crueldade de estruturas políticas, econômicas e sociais as mais perversas. Tenho esperança de sobreviver, mas isso agora está nas mãos da Justiça, em quem, apesar de tudo, ainda sou levado a confiar. Cabe a ela — e também à sociedade — decidir se vale mais uma vida humana ou a norma insensata, repudiada nacional e internacionalmente.

PS.: Calúnias como as divulgadas pelo jornal "Gazeta do Povo", quando me acusou de haver fugido da prisão, só podem ser obra do demônio. Já não basta a infâmica que estão fazendo comigo em nome da "segurança nacional?"

Curitiba, 28 de março de 1984.

(a) JUVÊNCIO MAZZAROLLO

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme documento assinado pelo próprio jornalista Juvêncio Mazzarollo, sentimos que este homem encontra-se até mesmo num momento de desespero para tomar tal atitude. E nós pelo que conhecemos, sabemos que ele é capaz de chegar aos extremos de sacrificar sua vida em prol de sua dignidade.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Sérgio Spada, temos acompanhado a luta de Vossa Excelência em prol da liberdade de Juvêncio Mazzarollo.

Temos acompanhado a luta de um injustiçado Juvêncio Mazzarollo; temos sentido na alma o seu sofrimento, a sua angústia por saber que se encontra preso pelo crime de dizer o que pensa e dizer o que sentiu. De escrever as verdades que doem na alma dos tiranos que ensanguentaram esta Nação, matando, torturando, invadindo lares.

E a memória do Brasil ainda é muito recente para esquecermos que Juvêncio Mazzarollo está no cárcere onde deveriam estar os ladrões da Pátria brasileira.

Quando ele se encontra no cárcere pelo crime de dizer o que pensa e vê nas ruas, ou na "tranquilidade nacional", os homens que desgovernando esta Nação a individualizam e a envergonham internacionalmente.

É profundamente lamentável ilustre companheiro Deputado Sérgio Spada. E o Paraná e o Brasil passa conviver com os ladrões que sentam à nossa frente e traçam os destinos da Nação. E ao mesmo tempo conviver com a injustiça de um homem pensador, de um jornalista, de um escritor, que por ter tido a coragem e a sensibilidade de dizer a sua verdade, escrita num jornal, se encontrar numa masmorra, envergonhando as letras do Brasil e silenciando o senso de justiça que deveria imperar no Poder Judiciário do Brasil.

Assumi solidário Deputado Sérgio Spada, na sua luta, no seu clamor, e sinto-me solidário também com a angústia vivida hoje pelo jornalista Juvêncio Mazzarollo.

Este jornalista que foi atirado ao cárcere, talvez, para que nós possamos lembrar que ele talvez venha a ser a última vítima deste governo prepotente e discricionário que invadiu o Brasil com as armas nas mãos para destituir do povo a sua soberania.

1984 haverá de ficar na história Deputado Sérgio Spada como a época negra ou período medieval no Brasil do século 20.

A época do obscurantismo; a época em que a lei foi jogada na sarjeta e a dignidade humana no monturo dos lixos mais putrefatos dos quintais do poder desta República.

Deputado Sérgio Spada, a dor humana me toca fundo a alma, porque senti na alma e no coração todas as injustiças que

se praticou nesta Nação, nos últimos 20 anos!

Lamento profundamente ilustre companheiro que o jornalista Juvêncio Mazzarollo tenha que chegar a estes extremos de decisão para ver se sensibiliza o coração desta Nação para o seu problema que hoje é da maior gravidade, de uma crucialidade inagüentável e insuportável!

Mas, como o Brasil, nobre Deputado está à deriva, sem Presidente que o governe, porque o Presidente; enfatiado do Poder, sequer vai mais e quase ao Palácio, onde deveria estar gerindo os destinos da Nação brasileira, hoje o Presidente General, enfatiado do Poder, deixa que a Nação fique à deriva, sem comando e sem comandante, e no entanto, na cadeia está um pensador honesto, e nas ruas nós convivemos com os ladrões que enterraram esta Nação, endividando-a, envergonhando-a e escravizando-a ao Fundo Monetário Internacional.

Ilustre Deputado, faço minhas as suas palavras e faço da luta de Juvêncio Mazzarollo também a minha luta!

Estou solidário, nobre Deputado com a sua luta e com a reivindicação de Juvêncio Mazzarollo, "Liberdade, antes que seja tarde".

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço profundamente o aparte de Vossa Excelência e para concluir, Sr. Presidente, queria deixar aqui expressa a minha preocupação com o desfecho, o desenrolar, dessa greve de fome que estou sentindo, terá consequências talvez trágicas para Juvêncio Mazzarollo e não menos trágicas para esse regime encastelado no Brasil desde 1964. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Pessuti, por 15 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna neste horário para, inicialmente, dizermos de um projeto de lei que estamos propondo à Casa, no dia de hoje, e que tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná a uma pessoa conhecida de muitos Srs. Deputados desta Casa, e que diz respeito ao médico Padre Gustavo Pereira Filho.

Para quem não conhece, Padre Gustavo Pereira Filho, gaúcho de nascença, veio para o Paraná há muitos anos, e no Estado do Paraná, muitos e relevantes são os serviços prestados por este cidadão, por este religioso, por este médico!

Para aqueles que o conhecem, sabem perfeitamente que a honraria que estamos propondo nesta ocasião é muito pouco, é muito pequena, é simples até demais, se levarmos em consideração os grandiosos trabalhos desenvolvidos por este homem no Estado do Paraná.

Conheci o Padre Gustavo quando ingressei como morador na Casa do Estudante Universitário do Paraná, tive a oportunidade de conviver por mais de cinco anos, da sua amizade e desfrutar de seus conselhos, e desfrutar do dia a dia com este cidadão que hoje já tem 74 anos de idade.

Por mais de 20 anos, Padre Gustavo foi e continua sendo Capelão da Casa do Estudante Universitário do Paraná, prestando àquela instituição e àquela entidade, que congrega estudantes, não só do Paraná, relevantes e profícuos serviços, não só no campo religioso, mas também no campo material, dada a sua dedicação e trabalho em prol da causa do estudante paranaense.

Quando Presidente daquela Casa, tivemos oportunidade de nomeá-lo para ser o Diretor do Departamento de Relações Humanas. E durante um ano de nossa Presidência frente àquela Casa, pudemos sentir a dedicação, o empenho e a coragem, antes de mais nada, com que Padre Gustavo liderava a camada estudantil e se desempenhava, em busca de recursos e de melhores dias, para todos os estudantes.

Mas o trabalho do Padre Gustavo Henrique Pereira Filho

não fica restrito tão somente à Casa do Estudante Universitário do Paraná; Padre Gustavo é fundador, e até hoje dirige e orienta o Movimento Universitário Cristão, que é um movimento congregado por inúmeros jovens universitários, movimento esse da mais alta significação e qualidade, dado àquilo que se discute e àquilo que se faz por essa juventude universitária que se dedica ao estudo da religião e ao trabalho em termos de ação comunitária.

Padre Gustavo também não parou só no Movimento Universitário Cristão; está a construir no Bairro do Pinheirinho, mais precisamente na Planta Rio Negro, um empreendimento, um retiro, onde poderão as pessoas, em dias especiais, se reunirem para uma reflexão e, em cima disso, poder ter uma vida em comum melhor, uma vida em família, superior àquela que estamos tendo nos dias de hoje, em função das muitas atribuições porque nossa vida passa.

Padre Gustavo Pereira Filho, como já disse, um gaúcho que deixou os pampas e que veio ao Paraná prestar seu serviço, prestar à comunidade estudantil do Paraná, não só como professor da Universidade, mas como capelão da Casa do Estudante, como fundador e orientador do Movimento Universitário Cristão, como capelão da Reitoria da Universidade Federal do Paraná; como capelão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; como capelão do Palácio Iguaçu; como capelão da Prefeitura Municipal de Curitiba e, com toda certeza, futuramente, capelão da Capela da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Por tudo isso e por muito mais ainda, é que achamos por bem, neste dia, propor o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a esse gaúcho que aqui veio, e aqui permaneceu por longos e longos anos, prestando incansáveis serviços à comunidade estudantil paranaense, nunca se abatendo, nunca se entregando, apesar, como já disse, dos seus 74 anos de existência que comemorará no dia 12 de outubro de 1984. Por tudo isso, mais uma vez, mesmo já tendo o apoio necessário através das assinaturas por nós colhidas, gostaríamos de contar com o apoio de toda Bancada Estadual, tanto do PMDB, como do PDS, porque muitos são os Deputados do PDS que conhecem o Padre Gustavo, e muitos deles, inclusive, se não me falha a memória, o Deputado Ailton Cordeiro, foi que propôs e foi aprovado na Câmara Municipal de Curitiba, em 1978, o Título de Cidadão Honorário deste Município. Por tudo isso encareço aos nobres Deputados desta Casa pelo apoio ao nosso pedido de Título de Cidadania Honorária ao Padre Gustavo.

Outro assunto que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, diz respeito às denúncias e aos pedidos de informações que nos foram formulados, da tribuna, pelo Deputado Tércio Albuquerque. Gostaríamos de dizer, Deputado, que estivemos conversando, não só na tarde de ontem com o Secretário de Finanças, que aqui esteve, com quem abordamos o assunto, mas posteriormente estivemos conversando com o Presidente do Conglomerado Banestado, José Brandt da Silva, com o Diretor Geral da Secretaria de Finanças, o Sr. José Rocha, a respeito das denúncias, por Vossa Excelência aventadas da tribuna desta Assembléia. Foi-nos informado, em resposta às vossas denúncias, de que as mesmas são infundadas. Que o Sr. Paulo Cordeiro, antigo Diretor Técnico da Banestado Reflorestadora não mais lá está prestando seus serviços, porque a seu pedido foi demitido, e o mesmo hoje se encontra prestando serviços numa função que lhe é mais peculiar, e lhe deu maior conhecimento, junto à SANEPAR - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Disse-nos também, o Presidente do BANESTADO, de que toda essa polêmica, toda essa confusão foi gerada tão somente por alguns funcionários do antigo governo ainda, do Governo do PDS, que por motivos de ordem interna a Banestado Reflorestadora, e por conseguinte do BANESTADO como um todo,



foram demitidos daquela organização.

Muitos mais foram demitidos, e essas ordens internas poderíamos dizê-las de ordem técnica, do que por qualquer outro motivo.

Não obstante, esse pessoal sendo afastado das suas funções junto à Banestado Reflorestadora, passaram a desenvolver um trabalho de desmobilização, de tentativa de desmoralizar o então Diretor daquela entidade.

Portanto, nobre colega Deputado Tércio Albuquerque, as vossas indagações, as vossas denúncias, segundo nos constam, não se fundamentam, mesmo porque, até a presente data que poderá no futuro se modificar, em função não somente das denúncias aventadas da tribuna por Vossa Excelência, mas em função daquilo que diziam esses funcionários demitidos, a Diretoria do Banco do Estado e a Secretaria de Finanças passaram a investigar com propriedade e nada encontraram que justifique as denúncias que Vossa Excelência apresenta.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Meu caro Deputado Orlando Pessuti, primeiro desejo agradecer sua educação e gentileza, de trazer uma resposta às minhas indagações feitas da tribuna da Assembléia Legislativa, há dias atrás.

Estranhei, sinceramente, que ninguém respondesse nada.

Ontem, desfilou aqui neste Plenário, Sua Excelência o "todo-poderoso" Erasmo Garanhão, fazendo-se acompanhar pela maioria de Vossas Excelências que estavam em plenário, quando nesta Casa, no Comitê de Imprensa, Sua Excelência o Sr. Secretário das Finanças Erasmo Garanhão prestava alguns esclarecimentos, e eu fiquei realmente surpreso, como denunciante, de não ter sido chamado a participar daquela entrevista, daquele debate de Sua Excelência o Secretário.

Ele tem em suas mãos, pelo poderio, forças de manipulação para manipular a mentira, transformando-a em verdade.

A mim, como modesto Deputado, igual Vossa Excelência é difícil conseguir e até mesmo ter acesso ao balanço da Banestado Reflorestadora. Mas Vossa Excelência traz a mim uma resposta vazia, sem nenhum conteúdo, cumprindo seu papel de bom Parlamentar, de um vice-líder.

Gostaria era que a Banestado Reflorestadora levasse uma comissão de Deputados, assessorada por técnicos de economia em balanços, para que nós provássemos isso lá dentro, porque a denúncia eu não posso dizer a Vossa Excelência quem me trouxe. É funcionário de seu Governo, da confiança de Vossas Excelências, mas resta-me o direito de não citar o nome, mas não fico calado, jamais calarei. Só há uma resposta a isto tudo: se eu fiz uma denúncia, e correta, estou preparado para responder na Justiça.

A Banestado Reflorestadora que me processe ou me traga as provas verdadeiras, porque não posso, de maneira nenhuma, calar-me diante do que Vossa Excelência diz hoje, uma resposta vazia, cumprindo o seu papel. Só que nada trouxe de novidade, nada embelezou. Até estou achando uma coisa Deputado, que o mais honesto ali dentro, é o Paulo Cordeiro, este que está na SANEPAR.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço seu aparte, e para que pudéssemos, Deputado Tércio, conforme Vossa Excelência preconiza, que não está satisfeito, sugeríamos então que Vossa Excelência desse entrada em um requerimento onde fundamentasse estas denúncias, para que pudéssemos, após esta fundamentação de Vossa Excelência, prestarmos esclarecimentos também mais esclarecedores, haja vista que a vossa denúncia também é bastante vazia, pois diz apenas que houve o roubo, houve a corrupção, mas não diz nada.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vazia como? Não, não. Se está

nos jornais, se está nas notas taquigráficas, o povo viu. Eu disse onde estão os furos. Não falei vaziamamente. Sua resposta é que é vazia, sua resposta que é genérica. Vossa Excelência que convoque uma Comissão de Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa lamenta, mas informa que o horário de Vossa Excelência está esgotado.

Consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. Declinado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 229/83, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Negado o apoio.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/83, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO E OUTROS, que declara de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ, com sede e foro na cidade de Assaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/83, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE CIANORTE — ACEC, com sede e foro no Município de Cianorte. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/83, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205/83, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MANOEL RIBAS — APMI, com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO CELEPAR, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE PROMOÇÃO AO MENOR, com sede e foro na cidade de Santa Mariana. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. artigo por artigo.**



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUILÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ — ASSEP, com sede e foro no Município de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que veda aos Órgãos da Administração Centralizada e Autárquica, bem como Fundações do Estado, contratação de mão-de-obra de terceiros, para os serviços de carga e descarga, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva n.º 01, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 01  
AO PROJETO DE LEI N.º 229/83**

O Art. do Projeto de Lei n.º 229/83, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — É vedada aos órgãos da Administração Centralizada e de Administração Autárquica, bem como às fundações do Estado, a contratação de mão-de-obra de terceiros, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas, de locadora de serviços e de empresas de transporte de cargas, para os serviços de carga, descarga e respectivos transportes, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados através do respectivo Sindicato ou Associação de Classe.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoio: BASÍLIO ZANUSO, GERNOE KIRINUS, ERONDY SILVÉRIO, OSVALDO ALENCAR FURTADO e uma assinatura ilegível.

— Está em discussão o projeto e a emenda.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero fazer um agradecimento todo especial aos Presidentes dos Sindicatos de Paranaguá, de Antonina e da Região Metropolitana, que aqui se fazem presentes, acompanhando um projeto de lei que não é de autoria deste Deputado, mas sim, de autoria dos Sindicatos do Paraná.

Nada mais fiz, Srs. Deputados, do que cumprir o programa do meu Partido, o PMDB. Nada mais fiz, do que atender, em parte, já que muito ainda não pudemos fazer, para cumprir os compromissos de palanque na campanha eleitoral de 1982, programa que diz “que a lei deve partir de baixo para cima” e não deve ser feita, como temos acompanhado ao longo do movimento revolucionário de 1964, de baixo, sempre aguardando o que vem de cima para massacrá-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaria de registrar um documento que recebe nesta instância e que Deputados deste

Casa receberam, datao de 24 de março de 1984, subscrito pelo Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Paranaguá; Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá; Sindicato dos Vigias Portuários de Paranaguá; Sindicato dos Estivadores de Paranaguá; Sindicato dos Trabalhadores de Bloco de Paranaguá e Antonina; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Paranaguá; Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Café de Paranaguá; Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil; Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina; Sindicato dos Consertadores de Paranaguá; Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Paranaguá; Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Paranaguá e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria de Paranaguá.

Recebemos, também, alguns telegramas de Sindicatos de Curitiba, da Região Metropolitana e de outras cidades do Paraná; recebemos também telegrama vindo do Sindicato dos Estivadores de Santos, Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, há pouco acompanhei a emenda apresentada pelo Deputado Gilberto Carvalho, onde o artigo primeiro fica acrescido do seguinte parágrafo: “Parágrafo único - Ficam excluídas da proibição estabelecida pro este artigo, as empresas que à data da vigência desta lei que venham prestando serviços acima discriminados e que contem, em seu quadro de pessoal, empregados contratados para tais funções”.

O objetivo é alterar o artigo primeiro do projeto apresentado por este Deputado, que diz: “É vedado aos órgãos da administração centralizada e da administração autárquica, bem como às fundações do Estado, a contratação de mão-de-obra de terceiros, por intermédio de pessoas físicas e o substitutivo que estamos apresentando — jurídicas — de locadoras de serviços e de empresas de transporte para os serviços de carga, descarga e respectivos transportes, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, através do respectivo Sindicato de classe ou associação”.

Não me admiro da emenda do Deputado Gilberto Carvalho, a quem muito prezo, pelo trabalho já prestado ao Paraná, mas o Deputado desconhece totalmente o que é o projeto e qual o seu fundamento. Porque, permitir a emenda para a qual já foi negado o apoio, há pouco, Deputado Gilberto Carvalho, seria permitir que as marmeladas e a vergonha que tomou conta do Porto de Paranaguá, continuassem. Porque tínhamos em 1982, o que já era uma barbaridade, aproximadamente 20 ou 22 empreiteiras, sempre as mesmas, operando no Porto de Paranaguá.

Hoje, para minha tristeza, elas são 59, mas, para minha alegria, deveremos acabar com isso muito em breve, depois da aprovação deste projeto, que volto a insistir, é da autoria dos sindicatos do Paraná, da classe sindical paranaense, e em especial dos Sindicatos de Paranaguá.

Apenas para lembrar aos Srs. Deputados, que estamos recebendo também, o jornal “O Diário do Comércio”, de Paranaguá, conceituado jornal do nosso Estado que traz um apelo a todos os Deputados estaduais, independentemente de facção partidária, subscrito pelos sindicatos há pouco mencionados, solicitando o apoio para a aprovação deste projeto.

Lê): “Sr. Presidente, Srs. Deputados. A toda sociedade organizada, política e administrativamente, reverterão os seus direitos, sem que seja necessário a intervenção do poder coercitivo do Estado”.

Belas palavras, proferidas no passado, pelo ilustre jurista que foi Santiago Dantas. Naquela época, nos idos de 1963, quando as sociedades classistas se organizavam de forma a alcançarem a plenitude de suas representações, mais uma vez tiveram seus passos interrompidos pelo poder discricionário da força política militar, formada por elementos que nunca

foram sindicalizados, muito menos trabalhadores.

Faltou, em 1964, o que sempre faltou aos nossos dirigentes políticos, desde 1824. Faltou a sensibilidade de perceberem que a força produtiva de uma nação está diretamente ligada à força de trabalho produzida por seus trabalhadores. Mas não, sempre pretenderam guindar as representações classistas para o caminho do aguilhoamento, do controle curto, para retardar o máximo possível o despertar de seus direitos sociais, pois, mais do que ninguém, são conhecedores de que, somente através de uma política desagregadora, conseguiriam evitar a união dos trabalhadores, através de sindicatos e federações, e a conseqüente formação de uma frente, ampla e geral, em prol das liberdades que caracterizam o ser humano e das reivindicações sociais que se determinam com o mínimo necessário para uma sobrevivência digna e honrosa a qual, por sua vez, caracteriza o ser humano.

Estava certo, Santiago Dantas, ao dizer que "a sociedade organizada política e administrativamente não tinha a necessidade de se valer da força coercitiva do Estado". Estava certo porque pensava que os tempos obscuros que pairavam sobre o desenvolvimento da política sindical no Brasil, haviam sido superados pelo pleno e real conhecimento de que, é através das forças de trabalho organizado, que uma nação alcança a plenitude de seu desenvolvimento econômico-social, caminhando para o ápice político de uma social democracia sem par.

Certamente porém, Santiago Dantas não teria proferido tais palavra, se tivesse conhecimento das confabulações de bastidores, que já ocorriam naquela época, para a derrubada de um governo eleito pelo povo, dentro dos postulados constitucionais de uma carta magna votada e aprovada por uma Constituinte Nacional.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma Constituição que pregava o voto direto, para todos os níveis; uma Constituição que pregava a autodeterminação e a liberdade de ir e vir; uma Constituição que determinava a alçada de cada Poder que constituía o Estado, e não uma Constituição forjada para atender o interesse de poucos em detrimento de todos.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa Constituição derrubada em 1967, não era composta somente de preceitos justos e determinadores de princípios democráticos. A Constituição de 1946 atrelava a política sindical brasileira ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho, o qual atuava, como atua hoje, como gestor e controlador de sua administração.

O desenvolvimento de tal política provocou uma dependência da força sindical brasileira, da qual restou apenas — com o passar dos anos — a atividade filantrópica e assistencial a seus membros e a participação nos colegiados classistas da Justiça do Trabalho.

Entretanto, a filosofia sindical internacional, bem como o seu surgimento real na economia mundial, é contemporânea ao surgimento da Revolução Industrial, onde a fraternidade operária se consolidou como força autônoma e reformista em todos os países industrializados.

Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, os sindicatos, devido à forma como se organizaram, adquiriram tal expressão que vieram a se transformar na via principal de um movimento político renovador, que deu origem ao Partido Trabalhista inglês.

Na França, os sindicatos se consolidaram em dois grandes ramos políticos, sendo um deles o formado pelo Partido Socialista, que afinal conquistou o Poder em meio a plena recessão econômica da Europa.

Nos Estados Unidos, a sindicalização operária sempre foi muito bem definida, marcando sensivelmente a paisagem econômica americana, exercendo uma ação de contra-peso ao complexo das gigantescas empresas. Definiram-se política-

mente, assim como os ingleses, aliando-se e tortalecendo o Partido Democrata americano, contribuindo para a eleição de presidentes liberais, que defendem a legislação social e os direitos das classes desajustadas e oprimidas.

Quem não se lembra da atuação da administração Jimmy Carter, ao forçar países como a Argentina, Uruguai, Chile e o próprio Brasil para citar-se apenas alguns países da América Latina a promoverem reformas internas que visassem o cumprimento da Carta da ONU, que preconiza as liberdades individuais do homem? Todos sabem que foi uma posição e uma filosofia do governo democrata de Carter, mas poucos sabem que tal política foi tentada internacionalmente, por injunção das grandes centrais operárias norte-americanas, através da Federação Americana do Trabalho, mundialmente conhecida pela sigla AFL/CIO.

Ainda na Europa, os sindicatos dos países nórdicos, como Suécia, Dinamarca e Noruega, promovem e apoiam os movimentos de treinamento da força de trabalho, a nível de suas federações, exercendo uma ação modernizadora da mão de obra. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aqui no Brasil? Como se encontram os nossos Sindicatos, nossas Federações de Trabalhadores?

Como ponto de partida, é fundamental verificar-se: até que ponto as nossas lideranças sindicais conseguem influir nas relações de trabalho; até onde o emaranhado das nossas esdrúxulas leis permite o desenvolvimento da atuação sindical; até onde vai a nossa dependência de atuação em relação ao Poder Executivo Federal, através do Ministério do Trabalho; até onde vai o nosso direito de querer promover o treinamento de nossos próprios filiados, dispensando o cabide de empreguismo desenvolvido por SESC, SESI, SENAC e SENAI, que obedecem a uma política centrista e castradora; até onde vai o nosso direito de greve, modificado por uma lei de exceção; até onde vai o nosso direito de influir nas relações patrão x empregado, sem a necessidade da tutela protecionista e paternalista do Governo Federal; até onde vai nosso direito de nos organizarmos como uma verdadeira entidade de classe, autônoma e soberana, sem a sobre e o risco de uma intervenção? Quando é que teremos o direito de livremente dirigirmos os destinos de nossas classes, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

No mundo inteiro, o posicionamento dos sindicatos é fundamentado na salvaguarda dos direitos de seus associados. Isto não representa o controle dos sindicatos ao trabalho moderno.

Na realidade, o que existe é o reconhecimento do trabalho dos sindicatos, não só na transformação da fraqueza individual do trabalhador em força unificada de trabalho, como também na formação da mão-de-obra especializada que, nos países subdesenvolvidos, é promovida pelo Estado.

Existe um princípio filosófico adotado pelos Estados Democráticos (ou ditos democráticos) onde a obrigação do Poder Central é gerar o trabalho necessário para a mão-de-obra disponível, mas que, cabe à representação classista, o preenchimento das vagas provocadas por tal política.

Infelizmente, no Brasil, o Estado tenta promover a geração de trabalho, pelos reclamos das classes patronais, que não podem deixar de girar o seu investimento, restando às classes operárias o resultado desses entendimentos patronais.

Dão ao operário a migalha da política da sobrevivência, esquecendo-se que trabalho e capital marcham juntos no desenvolvimento da economia do País. Ofertam ao operário a possibilidade de não morrer de fome, e em contrapartida, dão ao capital a possibilidade de lucro. E ONDE SE ENCONTRA ESCONDIDO O LUCRO DO TRABALHO? EM QUE ESCANINHO OU CORREDOR PALACIANO SE ENCONTRA A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO NO LUCRO DA EMPRESA? Que não me venham falar em PIS/PASEP — mais um casuismo governamental, assim como o FINSOCIAL, pois na

ponta do resultado, só beneficia as classes produtoras.

Há que se fortalecer a política sindical brasileira. Todos os trabalhadores devem procurar seus sindicatos de classe e a eles se filiarem. Mesmo que os sindicatos estejam subordinados ao Poder de qualquer tacão, chicote ou espora, temos que promover sua sustentação política, pois é na base sindical que se inicia a luta unitária de todos os que desejam um futuro melhor para quem trabalha e vive do seu esforço.

Ao propormos este projeto de lei, tivemos como intuito dar início ao fortalecimento dos Sindicatos do Paraná. Porque o projeto de lei nasceu dos sindicatos do Paraná. Se existe a aplicação de mão-de-obra para descarregamento e carregamento de mercadorias, que esta atividade seja exercida pelo operário na representação do seu sindicato, e não através de firmas particulares de prestação de serviço, e muito menos de trabalhadores avulsos que, na maioria das vezes, são veículos de protecionismos e paternalismos de pessoas e entidades que vivem do desequilíbrio social das comunidades operárias.

Temos que colocar um "basta" nas discriminações impingidas ao sindicalismo brasileiro. Tentam, de todas as formas, colocar as representações classistas sob o jugo de um mandatário, num continuísmo de política sindical há muito abortada, no consenso mundial.

Nós, do Governo José Richa, que defendemos a participação dos segmentos sociais nas decisões de governo, não podemos deixar de dar o exemplo, promovendo um ato, pelo menos o ato inicial, para o soerguimento e autogestão do sindicalismo brasileiro.

Esta tribuna, esta Casa Legislativa, este Parlamento como um todo, aqui representado por PMDB e PDS, independente de posições político-partidárias, quero acreditar, estarão sempre alertas e abertos em defesa dos sindicalistas brasileiros."

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Eu agradeço, nobre Deputado Nestor Baptista, pelo louvável trabalho de Vossa Excelência, que vem na defesa de uma classe laboriosa, pela qual tenho o máximo respeito.

Vossa Excelência disse que eu não tenho conhecimento, e na realidade, sobre Paranaguá eu não tenho, mas na região que represento, tenho procurado dar o máximo de apoio ao Sindicato dos Ensacadores e dos Trabalhadores Rurais, porque conheço a sua dedicação, o seu trabalho e a sua luta.

A minha intenção foi de procurar aperfeiçoar o trabalho de Vossa Excelência, quando propus esta emenda, julgando que está sendo cerceado o direito da iniciativa privada e que poderiam muitos trabalhadores de firmas legalmente constituídas, ficarem desempregados, até tenho minhas dúvidas sobre a constitucionalidade, por isso propus esta emenda, e vendo depois de melhor estudar, porque recebi há poucas horas, desci para retirar a emenda, quando ela já havia sido rejeitada por falta de apoio.

Não pretendo polemizar a matéria. Sei da sua intenção e meus votos são que Vossa Excelência tenha êxito conforme redação que aí está, embora dependendo de melhor estudo, tenho ainda minhas dúvidas quanto à constitucionalidade.

Muito obrigado.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, apenas gostaria que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que é muito bem presidida — diga-se de passagem — pelo brilhante Deputado Djalma de Almeida César e este projeto teve como Relator o Deputado Edmar Luiz Costa.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 229/83.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado, para facilitar a Vossa Excelência, eu já vi o parecer, sou membro da

CCJ e infelizmente este projeto eu não tive oportunidade de ver, por isso é que eu lamento não ter ainda um conhecimento profundo sobre esse assunto.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** — Apenas para esclarecer então os demais companheiros Deputados, (Lê): "Com o presente projeto..." (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

Se há algum impedimento constitucional os companheiros da Comissão, da qual Vossa Excelência faz parte, dormiram no ponto, o que eu não acredito, em conhecendo os Deputados que participaram desta reunião, quando se deu parecer favorável a este projeto.

Há uma preocupação de Vossa Excelência de que as empresas que hoje proliferam e tomam conta do Porto de Paranaguá e Antonina, colocariam os funcionários na rua, porque cessaria o motivo de trabalho.

Sr. Deputado, uma empreiteira cobra três, quatro vezes o que deve receber o trabalhador, e ele recebe apenas o seu salário justo. O levantamento que fizemos do Porto de Paranaguá, dá-nos a conta... Que o trabalhador recebe praticamente 1/4 do que a empreiteira recebe. Uma justificativa muito simples: os empreiteiros estão nadando no dinheiro, como sempre, defendendo portanto os grandes grupos empresariais; e o trabalhador? Aqui estão diversos sindicatos de Paranaguá. Aqui na tribuna de honra está o Presidente do Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Café de Paranaguá, Luiz Braz da Silva, acompanhado do Vereador Massani Takayama.

Desde o mês de dezembro, os trabalhadores do seu sindicato, não fazem nada; estão na frente do seu sindicato, permanentemente, e os outros sindicatos que aqui se encontram, muitos passam também pelas mesmas dificuldades, sem saber o que fazer para dar trabalho a esses sindicalizados.

A empreiteira contrata meia-dúzia de funcionários, e lamentavelmente, ainda neste Governo, muitas vezes contrata apenas por contratar, porque vai lá no Porto de Paranaguá, vai no Porto de Antonina e não vê ninguém trabalhando. Mas estão recebendo sistematicamente o seu salário. Não têm a preocupação de que haverá desemprego em Paranaguá. Pelo contrário: haverá mão-de-obra para o trabalhador sindicalizado, sufocado pela situação atual, conforme relatei. Pois há trabalhadores que desde dezembro não podem fazer nada, porque não há trabalho. E as empreiteiras continuam beneficiando os mesmos grupos, as mesmas pessoas de sempre. Apenas aumentou o número, mas os proprietários continuam os mesmos.

**O Sr. Roberto Requião** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Nestor Baptista, inicialmente quero congratular-me com a sua sensibilidade política, que atendeu aos reclamos do Sindicato dos Portuários de Paranaguá, dando consequência à nossa proposta de democracia participativa. E democracia participativa é isto: dar poder ao povo. E não aos intermediadores, no caso os empreiteiros.

Congratulo-me também com o Deputado Gilberto Carvalho, que a partir desse momento declara que não vai insistir em sua emenda, acolhendo o aspecto social do seu projeto.

Fundamentalmente, o mais importante desta sua posição, Deputado Nestor Baptista, é que esta intermediação de empresas de mão-de-obra inaugura um novo tipo de escravidão moderna e inconstitucional neste País; é a escravidão.

Não existe a participação do capital nessa intermediação que passa a ser uma intermediação de prestígio político e de compadres, porque o empresário não entra com nada. Aluga o trabalho do portuário por um preço e vende este trabalho por três ou quatro vezes mais.

Aliás, Deputado, é preciso que se destaque também o fato de que a Mesa da Assembléia Legislativa já varreu esta prática do nosso convívio, quando tomou a medida de encerrar

o Contrato da Empresa Nacional, prestadora de serviços, contratando diretamente os trabalhadores que eram intermediados desta maneira. O fundamental é que a intermediação da mão de obra, esta maneira mais vil e grotesca de explorar o trabalhador, seja banida não só do Porto de Paranaguá e da Assembleia Legislativa, mas de toda a administração pública do nosso Estado.

E eu espero que o nobre Deputado, com o apoio da sua Bancada, tome também essa iniciativa, da proibição definitiva, deste comércio negro, desta moderna escravidão, que vem de maneira avassaladora, sendo praticada nas administrações anteriores e que nós, ... é duro para eu confessar, ainda não conseguimos extirpar de maneira absoluta. Os meus cumprimentos, Sr. Deputado e tenho certeza, os cumprimentos da Bancada, por essa iniciativa, que irá certamente, prosperar.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço o aparte do nobre Deputado Roberto Requião, e solicito permissão ao Sr. Deputado para apenas informar que este projeto deve se estender para todo o Paraná.

Não tem nenhuma obsessão determinada pelo Município de Paranaguá, apesar de ele ser muito importante na minha carreira política.

Mas, é para o Paraná; é para o trabalhador sindicalizado, brasileiro até, porque poderá servir de exemplo.

E solicitaria permissão para Vossa Excelência para inserir no meu pronunciamento o aparte agora feito, porque vai enobrecer indiscutivelmente a tentativa de fazer um bom pronunciamento.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nestor Baptista, é da maior importância, bastante oportuno e de rara felicidade este pronunciamento que Vossa Excelência faz na tarde de hoje e, permita-me na condição de Líder da Bancada neste dia, dizer que Vossa Excelência neste momento, reflete a vontade e opinião de toda nossa Bancada.

Entretanto, gostaríamos de ressaltar e para esclarecer um pouco mais o vosso pronunciamento, o aspecto vigilante com que a nossa Constituição se comporta em relação à política sindical vigente no Brasil. Daí a importância daquilo que Vossa Excelência propõe e que nós do PMDB com toda certeza iremos aprovar nesta tarde.

A Constituição do Brasil tem uma previsão de cassação de mandato de dirigente sindical, caso este não concorde com a política econômica implantada pelo Governo Federal.

Ou seja, além das classes operárias, não serem chamadas a opinar na política econômica aplicada no Estado e na Federação, correm ainda o risco de serem cassadas se forem contra elas.

Tudo isto Deputado Nestor Baptista, nos faz lembrar um velho chavão, "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".

Por tudo isso e por muito mais daquilo que Vossa Excelência disse, e disse o Deputado Roberto Requião, é que nós da Bancada do PMDB somos integralmente solidários a vossa iniciativa e iremos aprovar e apoiar este Projeto de Lei 229/83, porque ele vem sanar como bem disse, o nobre Deputado Roberto Requião, uma grande injustiça, um grande desastre que existe no emprego e na utilização de mão de obra de nosso trabalhador município, não só de nosso Estado, mas de toda a Federação.

Por tudo isso e por muito mais ainda, levem os sindicalistas aqui presentes na tarde de hoje, a certeza de que esta Bancada do PMDB sempre será uma trincheira na luta e na defesa de seus interesses, porque sempre acreditamos que o povo tem que estar organizado. Tem que se organizar e ter mais força. E nós podemos sentir que dentro do sindicalismo em que pese as

grandes restrições que ainda existem hoje, é aí que o povo trabalhador poderá encontrar um pouco de respaldo, e ter um pouco de força para poder levar adiante as suas reivindicações e conquistar dias melhores.

Parabéns, Deputado Nestor Baptista. Tem o apoio da Bancada do PMDB nessa sua iniciativa, nesse seu projeto de lei. Muito Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu agradeço o aparte do Deputado Orlando Pessuti e fico feliz em saber que a liderança já conclamou a bancada, aliás não era nem preciso para devido apoio a este projeto da classe dos trabalhadores paranaenses.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a concessão do aparte e pedi, para afirmar aqui, de público, nobre Deputado Nestor Baptista, que o projeto de sua iniciativa, que hoje estamos a votar em 2º turno, tem um alcance social extraordinário, e quero pedir a Vossa Excelência que já apresentou este projeto de lei, especificamente, com relação aos trabalhos de carga e descarga nos portos de Paranaguá e Antonina, para estender esta providência a todos os órgãos do Estado e em todos os casos de contratação de mão-de-obra, para acabar com aquilo que disse a pouco o Deputado Roberto Requião, acabar com a escravidão que existe nessa área da atividade econômica em nossa sociedade.

Nós não temos condições de acabar com isso com relação à iniciativa privada, mas devemos conquistar junto ao Governo do Estado, que dentro das administrações estaduais e dentro das administrações municipais, onde possamos ter alguma ingerência que este tipo de escravidão seja banida da estrutura de relações sociais em nossa sociedade.

Nós temos aí o caso dos serviços de limpeza; os casos de motoristas de automóveis de aluguel; temos várias áreas de atividade econômica em que, há a idéia contida nesse projeto. Idéia que, inclusive, já foi implantada aqui nesta Casa. Que se torne uma obrigação legal.

Assim nós também estaríamos estimulando a sindicalização para que tais serviços que requerem apenas a locação de mão-de-obra seja feita sem a interveniência da organização de empresas que passam a ser, única e exclusivamente exploradoras dessa mão-de-obra, pagando um salário vil, estabelecendo uma rotatividade extraordinária nas relações de emprego, e tendo lucros extraordinários, como eu pude constatar ao dirigir um determinado tempo a Câmara Municipal de Curitiba. Lá naquela Casa nós temos um exemplo frisanter com relação às empresas contratadoras de mão-de-obra para limpeza do próprio edifício da Câmara Municipal, e que são trabalhadores extraordinariamente explorados pela empresa contratada pela administração daquela Casa de Lei.

Isso precisa acabar, se de fato nós queremos uma sociedade mais justa!

Dito isso, eu o faço para dizer que Vossa Excelência hoje nesta Casa está lavrando um tanto extraordinário e está mostrando o quanto nós do PMDB podemos fazer, quanto nós do PMDB podemos contribuir para fazer as mudanças que a sociedade brasileira precisa e anseia.

Meus parabéns a Vossa Excelência e o meu voto inteiramente favorável; também a minha esperança de que Vossa Excelência apresente projetos englobando outras atividades exploradoras de mão-de-obra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço o aparte do Deputado Adhail Sprenger Passos e apenas informo que o projeto se refere não somente ao trabalho executado em Paranaguá e Antonina, mas veda aos órgãos da administração centralizada e autárquica, bem como às Fundações do Estado, a contratação da mão-de-obra de terceiros.

Eu concedo o aparte ao Deputado Paulo Furiatti, agradecendo, evidentemente o aparte do Deputado Adhail Sprenger Passos e inserindo, se assim me for permitido, no meu pronunciamento.

**O Sr. Paulo Furiatti** - Nobre Deputado, uso da palavra para parabenizar Vossa Excelência por um ato que demonstra e que justifica a nossa vinda ao Parlamento e justifica as preocupações de mudanças reais do Paraná.

Porque nós sabemos que com o arbítrio vieram inúmeras facilidades, inúmeras vantagens, em relação a setores principalmente da mão-de-obra, em que empresas se montaram para explorar a mão-de-obra. Justiça se faça à Assembléia Legislativa, nobre Deputado. Foi pioneira no Estado do Paraná em resolver um dos problemas mais graves nessa área, que era a contratação da mão-de-obra. Justiça se faça à Mesa desta Casa que não renovou contrato com a empresa que explorava a mão-de-obra e que pagava meio salário mínimo aos funcionários desta Casa, os quais hoje são contratados diretamente por esta Casa e recebendo, se não um salário ideal, pelo menos o salário mínimo. E nós sabemos que no Estado do Paraná, nas administrações direta e indireta ainda, infelizmente, permanece esse tipo de contratação de mão-de-obra. Vossa Excelência vem agora com um projeto concreto, com justificativa social, com apoio da classe trabalhadora, vem trazer um projeto que vai efetivamente mudar alguma coisa ao nosso trabalhador.

Portanto, nobre Deputado Nestor Baptista, me parablenizo, e digo mais, algumas autoridades justificam a existência dessas empresas dizendo que havia necessidade de se contratar administradores para que o serviço acontecesse, numa cabal demonstração de incompetência. Nós temos que assumir a competência, assim como a Assembléia assumiu, porque secretarias, porque fundações, porque institutos possuem quadros qualificados para inúmeros trabalhos. E será possível que não possui quadros competentes para cuidar desses tipos de trabalhos hoje entregues a essas empreiteiras? Acredito que não. Então, o vosso projeto vem dar oportunidade para que as autoridades provejam a competência na administração direta desses serviços, trazendo aos nossos trabalhadores maior justiça salarial e maior segurança no seu trabalho.

Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** - Agradeço o aparte do Deputado

Paulo Furiatti e concordo plenamente. Ou temos competência ou não temos. Essa é a realidade. Gostaria de lembrar porque tanto se fala em empresas, tanto se fala em empreiteira, e às vezes, a gente não justifica. Em Paranaguá, uma empresa ganhou a concorrência para executar a dragagem no canal. O cidadão tinha apenas uma caneta no bolso, e depois que ganhou a concorrência saiu para adquirir o material. Não sei como se apresentou como empresa. Aqui tivemos o exemplo mencionado pelo Deputado Roberto Requião e pelo Deputado Paulo Furiatti, da Empresa Nacional que executava o serviço de vigilância e limpeza na Assembléia Legislativa, quando muitos trabalhadores, inclusive, não estavam executando esses serviços. No IPE, há dias atrás, conversei com o hoje Superintendente do IPE. Dr. Max Rosemann; o IPE pagava por 96 funcionários e, na realidade, trabalhavam cinquenta. Não sei qual a mágica que era feita, mas noventa e seis recebiam, apenas cinquenta trabalhavam, e uns até ganhavam bem. A maioria era esfolada, essa é a realidade. Mas tenho certeza que a minoria que ganhava bem, indiscutivelmente, era aquela que se colocava como diretora ou proprietária da empresa.

Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

**O Sr. Mário Pereira** - Deputado Nestor Baptista o aparte é para cumprimentá-lo pelo seu projeto e fazer uma consideração a respeito da postura da Bancada, digo, da postura do Legislati-

vo da Bancada do PMDB e do Executivo, comparando-o com o que ocorreu em Nova Aurora, município cujo Prefeito é do PDS. Em Nova Aurora, o Prefeito trabalhou junto ao FUNRURAL para que fosse retirado o convênio ambulatorial que tinha aquele Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e passasse este convênio para a Prefeitura. O Prefeito é médico, e com isto fecharia o cerco comercial impedindo que pela porta do Sindicato algum outro médico pudesse vir a se instalar em Nova Aurora.

Esqueceu-se aquele Prefeito que havia sido eleito com grande maioria de votos da área rural. Foi feito uma passeata com a participação de sindicatos de todo o Paraná, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, mas infelizmente, a vontade de ganhar dinheiro do Sr. Prefeito se sobrepôs junto ao Ministério de Previdência Social em detrimento dos interesses dos trabalhadores. A diferença de postura do Governo Richa, quando através da negociação, dos diálogos viabilizou às Cooperativas de Eletrificação Rural que atendem hoje no Paraná, treze mil famílias de trabalhadores rurais, e hoje a apresentação do seu projeto, que demonstra uma unidade de ação entre o Executivo e o Legislativo, sempre no fortalecimento dos Sindicatos, sempre fortalecendo a organização social do nosso Estado.

Portanto, parabéns Deputado, porque este é um projeto que vem de encontro ao que fala o programa do nosso Partido, que basicamente postula pelo fortalecimento da organização social.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** - Agradeço o aparte do Deputado Mário Pereira, e me sinto muito honrado com a sua participação neste pronunciamento.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana** - Deputado Nestor Baptista, acreditamos que a maior empresa de prestação de serviços é exatamente o sindicato, e parabenizo Vossa Excelência pela apresentação deste projeto, até pela preocupação, não tanto da constitucionalidade, mas da justiça. E me parabenizo com os Sindicatos também, que me apoiaram a idéia, porque exatamente, deram a idéia. É nesta organização da classe trabalhadora, nos seus Sindicatos fortalecida, é que nós haveremos de construir uma sociedade mais justa e mais representativa. Desta forma, Deputado Nestor Baptista, acredito que Vossa Excelência, nesta tarde traz ao Plenário desta Casa, um projeto de lei, que na verdade espelha a preocupação dos trabalhadores neste País de tantos desempregados; espelha a preocupação dos trabalhadores deste País que tão mal remunera a mão-de-obra, e que ainda assim se permite aqui intermediários do trabalho da mão-de-obra ganhem em cima da contratação do trabalhador.

É justo o seu projeto, não importa porventura, tropeços de constitucionalidade. Eu acredito que muito mais importante é provermos a justiça, e eu espero Deputado Nestor Baptista, que o seu projeto que beneficia mais a carga e a descarga, possa ser o exemplo vivo para outros sindicatos de trabalhadores também explorado, como próprios Sindicatos de Pequenos Trabalhadores Rurais, que ainda hoje são explorados violentamente pela figura nojenta do "gato", que contrata a mão-de-obra por preço maior, pagando o mísero para o verdadeiro trabalhador.

Nesta tarde, esta Casa por certo com o apoio das duas bancadas, haverá de vazar um tanto em favor do trabalhador brasileiro, em favor da organização sindical, em favor dos próprios sindicatos, que são a essência e a vida da organização política e trabalhista de um povo.

Meus parabéns, Deputado, por este brilhante projeto, que por certo contará com o apoio de todos os parlamentares desta Assembléia.



O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço ao Deputado Caíto Quintana me sinto profundamente horado. Concedo o aparte ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França - Deputado Nestor Baptista, nossos cumprimentos pela sua norteação, pela sua filosofia trabalhista, tão bem espalhada na preocupação em fortalecer os trabalhadores sindicalizados. Na realidade, Deputado Nestor Baptista, sentimos, mais do que nunca, a grande necessidade da união da população. A prepotência é tão acentuada que, convertendo e enaltecendo o trabalho dos sindicatos de fato comprometidos com as aspirações populares, nós estaremos fazendo com que no amanhã bem próximo, as organizações populares não apenas sejam ouvidas, como assumam a coodenação sócio-política brasileira. Estamos vivendo, Deputado Nestor Baptista, a presença de uma Nação inteira se levantando em favor das eleições diretas, e sentindo as dificuldades. É como se o grande sindicato formado por todo povo brasileiro estivesse clamando e tendo sua voz asfixiada. Entretanto, por entendermos que a organização popular é a mola propulsora de qualquer transformação Social, nós o cumprimos pelo engajamento na luta pela promoção de quem trabalha, pela valorização dos setores organizados da população numa dimensão, numa conotação tipicamente clara de que, através de associações, através de sindicatos engajados. Se fazemos questão de realçar o comprometimento é porque nós sabemos historicamente, até mesmo a estrutura sindical que por excelência é um grande canal dos trabalhadores, do reconhecimento do valor a quem com seu suor constrói a grandeza do Brasil, também tem sido atacada pelas elites dominantes, tentando fazer, através de uma insinuação, a interferência no processo, até mesmo desvirtuar as nobres fidelidades sociais dos sindicatos brasileiros.

Cumprimos Vossa Excelência por incentivar os sindicatos; o sindicalismo fecundo, organizado, estruturado, com raízes no respeito adequado aos direitos de quem trabalha. E por outro lado pretendemos que este seu trabalho venha marcar o fim dos famosos "sindicatos pelegos" que no passado tiveram a audácia de levantar-se a favor dos opressores, contra as nossas maiorias oprimidas e humilhadas. Parabéns Deputado Nestor Baptista, e tenha certeza de que este projeto de lei marca uma aspiração partidária do PMDB; porque mais do que nunca, é através da coerência de uma marcha unida do grande sindicato do povo brasileiro, que os operários, os trabalhadores, haverão de somar forças para que conquistar possam aquilo que lhes é fundamental, qual seja o seu lugar neste cenário eletista, como ainda se configura a realidade social brasileira.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e ao encerrar este pronunciamento, gostaria, mais uma vez, de fazer um agradecimento já que estamos no término de nosso pronunciamento, aos presidentes de sindicatos que aqui se encontram, já nominados no início, o Luiz, o João Pessoa, o Manoel, o Carlito, Daniel, Izaias, Nivaldo, Domingos, Cláudio, Mário, Evilásio e Abílio; diretores que aqui se encontram e trabalhadores dos sindicatos de Paranaguá. Agradecer também a colaboração dos companheiros de minha Bancada, hoje liderada pelo companheiro Orlando Pessuti. Agradecer a atenção dos Deputados desta Casa, também do PDS, que tenho certeza, através da sua representação no litoral, já deve estar informada da necessidade da aprovação deste projeto, bem como acreditando na sensibilidade do Líder Luiz Alberto Oliveira para que esta Casa unanimemente possa aprovar este projeto que apenas foi subscrito por este Deputado, mas é da autoria da classe trabalhadora paranaense. Muito obrigado Sr. Presidente. Agradecido pela atenção, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão o Projeto de Lei e a emenda. Em votação. Para encami-

nhamento de votação.

O SR. NELSON BUFFARA - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia furtar-me, nesta oportunidade em que se discute uma matéria de mais alta importância para o trabalhador da minha cidade natal, da minha cidade Paranaguá.

É evidente que, independentemente, da origem, da idéia de matéria de tanta revelância, eu situo-me neste instante, ao dever indeclinável de apoiar irrestritamente este projeto de lei.

Nestes quatro mandatos que já findaram - este é o quinto - em que eu exerço a função de Deputado litorâneo, com base, específica e principal em Paranaguá, eu não poderia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar de prestar o meu testemunho, o apreço, o meu apoio incondicional ao trabalhador, que por tantas vezes, lá se vão 9 mandatos, 4 municipais e 5 estaduais em que eu tive a compreensão, o respaldo da classe trabalhadora de Paranaguá, para sustentar-me, para trazer-me aqui, periodicamente, nos últimos 5 mandatos.

Portanto, indentificando-me, como identifico-me com estas classe, eu quero, no encaminhamento da votação, inclusive, invocar-me sem demagogia que nunca fiz nesta Casa, jamais farei. Os Deputados que me acompanham desde 1966 haverão de confirmar que nunca fiz demagogia nesta Casa. Faço, sim, exerço, neste momento, uma profissão de fé. Estou perfeitamente de acordo com o anteprojeto de lei de autoria - como disse o Deputado que deixou o plenário - dos próprios Presidentes de Sindicatos. E eles haverão de confirmar o meu incansável apoio a todo problema que diz respeito à classe trabalhadora de Paranaguá. Os Presidentes de Sindicatos, notadamente os Presidentes de Sindicatos da Estiva, dos Arrumadores, dos Condutores Autônomos, e dos Ensacadores de Café, inclusive citado foi o Presidente Luiz Braz, atual Presidente do Sindicato dos Ensacadores de Café de Paranaguá, podem confirmar que eu presto serviços independentemente de receber retorno. porque sabia eu, quando Luiz Braz - e eu quero citar este fato para que os Srs. possam se ater à qualidade modesta deste Deputado, porque eu faço o bem não importando a quem, faço o bem, fazendo justiça - Luiz Braz no princípio de 1982 ganhou a eleição para Presidente do Sindicato dos Ensacadores de Café de Paranaguá, entendeu a Delegacia do Trabalho que não deveria dar posse a Luiz Braz, contra o que me insurji, porque achei que era uma clamorosa injustiça, e já com praticamente os dois pés no PDS - início de 1982 - sabendo que eu não poderia contar, como contei no passado com Luiz Braz, que jamais viria para o Partido que eu havia escolhido, o PDS, porque eu era do PMDB e ele também, no tempo em que existia o MDB e ARENA.

Tive, por parte dele, inequívocas manifestações de solidariedade à minha campanha. Sabia que não podia contar com Luiz Braz no futuro. Não obstante fui ao Governador Ney Braga, e, na minha presença, Ney Braga entendendo a necessidade que eu tinha de fazer justiça com um companheiro do passado, ajudou-me, sobranceiramente, com lances até gigantescos, lances que revelaram o bom caráter desse Presidente de Sindicato, telefonando, na minha presença, para o Delegado de Trabalho, General Massa. Atendeu alguém de nome "Blanche", ou equivalente, que não acreditou no telefonema que recebia, do Governador Ney Braga. Aí ele insistiu que era o Governador Ney Braga e pediu para falar com o General Massa no telefone. E o Governador Ney Braga fez um apelo, para que desse posse a Luiz Braz; que os problemas criados, as dificuldades criadas, os percalços, os óbices não fossem levados em consideração, porque, na minha opinião, não eram válidos, portanto, nessa

oportunidade, tive o prazer, o privilégio, de conceder um pequeno obséquio, a quem muito me prestou no passado, fazendo justiça.

Portanto, os Presidentes dos Sindicatos que eu citei, os outros já citados, sabem que, num mandato anterior, quando era PMDB, eu fiz tudo para que eles recebessem recursos e, receberam. Recursos, auxílios, não para eles mas para os sindicatos. E, não seria nessa hora, que eu viria aqui, mostrar, demonstrar que eu não sou sensível ao que é justo.

Por esta razão, por isso e tão somente, eu quero dizer a esta Casa, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que a minha Bancada, inclusive o Deputado Airton Cordeiro — ausente, pediu-me que eu também dissesse em seu nome que ele é solidário ao projeto ora em votação. O Sr. Líder do meu Partido, Deputado Luiz Alberto Oliveira e o Deputado que apresentou uma emenda que, não foi sequer, apreciada por falta de apoio.

O Deputado discutiu comigo e eu sei perfeitamente a intenção do Deputado Gilberto Carvalho. Não foi outra a intenção dele a não ser, aprimorar. A tentativa dele foi essa, aprimorar a redação do artigo 1º. Quando ele percebeu que não atingiria seu objetivo, tentou retirá-la, antes de que ela fosse rejeitada por falta de apoio. Portanto, vale a iniciativa do Deputado Gilberto, porque a intenção dele não era outra a não ser colaborar, ajudar, robustecer, melhorar a redação do projeto que, inclusive, mereceu um reparo do autor, de quem se propôs a trazer a esta Casa o projeto com uma Emenda Substitutiva que foi, aliás, aprovada por esta Casa.

Por essa razão e por tantas outras já ditas aqui, a minha Bancada, autorizada pelo Líder Deputado Luiz Alberto Oliveira, votará pelo projeto. Mesmo que, a nossa Bancada vencida em número, se necessário fosse, que ela se postasse dessa maneira e se fosse decisiva a sua participação, seria essa a nossa postura, seria esse o nosso procedimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, pela manhã, fui honrado em meu gabinete com uma visita muito importante dos sindicalistas de Paranaguá e região. Fizeram-me um apelo para que, na tarde de hoje, aprovasse o projeto de autoria dos sindicatos, que enviaram este projeto à Assembléia Legislativa e que foi assinado pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, eu me comprometi, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com os sindicalistas de estudar o projeto e discutí-lo e votar, favoravelmente, se entender que a medida venha em benefício a esta sofrida classe.

Não posso me furtar, neste momento, atendendo um veemente apelo do meu companheiro Deputado Nelson Buffara, que ao meu lado sentado durante esta sessão, explicava-me os motivos e as necessidades de se aprovar o projeto de autoria dos sindicalistas, que veio a esta Casa pelas mãos do Sr. Deputado Nestor Baptista.

Estudamos o projeto, entendemos da sua viabilidade e, atendendo acima de tudo, gostaria que os sindicalistas entendessem a visita dos Srs. e o apelo veemente deste honrado, deste capaz e deste inteligente Deputado Nelson Buffara.

O meu voto eu declaro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, favoravelmente ao projeto ora em votação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Continua em votação o projeto ressaltada a emenda. — Aprovado.

Em votação a Emenda Substitutiva.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

— Aprovado.

(Aplausos das galerias e do plenário).

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Albino Farracha de Castro, ocorrido no dia 20 de março do corrente ano, nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Clube Atlético Paranaense, pela passagem de seus 60 anos de existência. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista Vinicius Coelho, pelos seus 30 anos de atividades nos meios de comunicação social do Estado e do País. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 10/83, de autoria do ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo alambração, substituição de vidros e reparos no telhado da Escola Ary Borba Carneiro - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Cândido de Abreu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a extensão da rede de energia elétrica na localidade de Barreiro, no Município de Tibagi. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba para a merenda escolar das Escolas do nosso Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual 31 de Março - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Eu requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere, e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e cinco Srs. Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da TELEPAR, encarecendo a ampliação da Central Telefônica do Distrito de São José, no Município de Santa Helena. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a



Senhora Secretária da Educação, encarecendo o funcionamento do Curso do Magistério para o período noturno em uma das escolas da rede estadual de ensino existentes no Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo seja firmado convênio que permita a implantação de um mini posto de captação de água, assim como sua ligação, no Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, encarecendo a criação e instalação de uma agência do correio no bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo uma central telefônica para o Distrito de São Clemente, no Município de Santa Helena. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de medicamentos para os postos de saúde do Município de Moreira Salles. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo ampliação e reformas do posto de saúde do Município de Boa Esperança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o alargamento da rodovia que liga Boa Esperança à BR-369, em frente à COAMO. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Vinicius Coelho, pela passagem do seu 30.º aniversário na imprensa do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Cultura e Esporte e Diretor Presidente da PARANATUR, encarecendo a inclusão no calendário turístico do Estado, da exposição-feira do Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, dando-se ciência ao Sr. Governador do Estado, encarecendo protesto contra os atos praticados pelo Governo da República do Paraguai, referente à perseguição e prisão arbitrária de jornalistas, a suspensão de publicação de jornais daquele país e a interdição da circulação interna de jornais brasileiros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a extensão da linha telefônica que vai até a COPASA à ponte do Rio Jordão, no Município de Guarapuava. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de vendas e outro de mecanização, ambos

na CAFE do Paraná, no Município de Marilândia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela brilhante participação no 1.º Prêmio Paraná de Jornalismo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para a Subdelegacia de Polícia da localidade de Mauá, no Município de Marilândia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela passagem do seu 60.º ano de fundação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Marilândia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Jaime Canet Júnior, pela homenagem que lhe foi prestada por todas as camadas políticas do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços que prestou ao Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo esclarecimentos sobre o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo parecer favorável à criação de novos cursos na Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, Diretor Geral do DASP e Ministro da Agricultura, encarecendo a aprovação do Processo DASP nº 20976/82, referente à criação da carreira de engenheiro agrícola no Serviço Público Federal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhoria do sistema de transporte coletivo urbano do Município de Foz do Iguaçu, processado pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial (DSTC). — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários das Finanças e da Agricultura, encarecendo a criação de linha especial de crédito do BANESTADO, para a implantação de micro-bacias. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, encarecendo informações quanto a existência de processo reivindicatório de concessão para a instalação de emissora de rádio no Município de Corbélia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a realização de Fórum de Debates sobre a Questão do Xisto Betuminoso da Formação de Irati. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo decisão favorável à criação do Núcleo Regional de Ensino da SEED, no Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, encarecendo informações sobre o pagamento de indenizações a pessoas físicas e jurídicas, em consequência da construção da BR-369, no Município de Corbélia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento elaborado pelas Federações do Comércio Varejista, do Comércio, das Indústrias, da Agricultura e das Associações Comerciais do Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Superintendente da EMO-PAR, encarecendo a reforma do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, no Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, encarecendo apreciação do apresentado pela Chefia da 16ª CIRETRAN, do Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, bem como à Secção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, encarecendo Ação Judicial contra o Governo Federal, referente a retenção de dois terços do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pelas classificações obtidas no 1.º Prêmio Paraná de Jornalismo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a ampliação das dependências do prédio da Escola Estadual 31 de Março - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 210, 211, 213 e 229/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 152, 157, 172, 173 e 176/83 e do Projeto de Lei Complementar nº 216/83.

Levanta-se a sessão.